

Relatório de feedback sobre as Diretrizes ISEAL e das consultas realizadas

Projeto: ISEAL – PCI Mato Grosso

Contrato nº: 3369/2021-ICV ISEAL
Atividades: ATIVIDADE 4 – Sistematizar subsídios para melhoria das Diretrizes da ISEAL
Produtos Produto 4.1: documento contendo feedback sobre as Diretrizes ISEAL e com um resumo das consultas realizadas
Execução: Kultiva Consultoria em Sustentabilidade Ltda. Cecilia Korber Gonçalves cecilia@kultivaconsult.com.br Daniele Cintra Malpelli daniele@kultivaconsult.com.br

Índice

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	4
INTRODUÇÃO	6
1. Principais resultados da avaliação do monitoramento jurisdicional da estratégia PCI.....	8
1.1 Monitoramento jurisdicional da estratégia PCI.....	8
1.2 Monitoramento dos Pactos Regionais	10
1.3 Coleta de dados locais	10
1.4 Estratégica de inteligência territorial.....	11
2. Principais resultados da avaliação do engajamento corporativo da estratégia PCI.....	13
2.1 Engajamento corporativo na estratégia PCI	13
2.2 Engajamento corporativo em iniciativas locais	14
2.3 Teste das Diretrizes da ISEAL para evidências e reivindicações corporativas e recomendações ao instituto PCI	14
2.4 Sistema de engajamento corporativo da estratégia PCI, por meio de reivindicação e participação do Corporate Action Group	15
3. Consultas a partes interessadas envolvidas com a estratégia PCI	17
3.1 Metodologia	17
3.2 Principais resultados das entrevistas	18
4. Conclusão e recomendações finais.....	21
4.1 Recomendações ao instituto PCI.....	21
4.2 Recomendações ao CDP	22
4.3 Recomendações de melhorias ao Guia do ISEAL	23
Anexos.....	28
Anexo I – Planos de ação sugeridos a estratégia PCI.....	28
Anexo II – Teste das Diretrizes da ISEAL para evidências e reivindicações corporativas e recomendações ao instituto PCI.....	35
Anexo III – Análise das diretrizes para uso da marca e nome PCI	39
Anexo IV – Sugestão de quadro resumo para as declarações das empresas à IJ	41
Anexo V – Principais comentários das consultas.....	42
Anexo VI – Recomendações ao CDP.....	50

Lista de Figuras

Figura 1 – Elementos essenciais de uma Estratégia de Inteligência Territorial. (fonte: desenvolvido pelos autores)	26
--	----

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Resumo da avaliação de aderência da estratégia PCI em relação à ISEAL.....	8
Tabela 2 – lista de instituições consultadas	17
Tabela 3 - Planos de ação sugeridos para fortalecer o monitoramento da estratégia PCI	28
Tabela 4 - Engajamento – exemplos.....	35
Tabela 5 - Contribuição – exemplos	36
Tabela 6 - Atribuição – exemplos.....	37
Tabela 7 - Análise das diretrizes para uso da marca e nome PCI	39
Tabela 8 – exemplo de quadro resumo para as declarações das empresas à IJ, seguindo o ISEAL.....	41
Tabela 9 – oportunidades de colaboração do CDP com as instituições envolvidas neste projeto.	50
Tabela 10 – correlação entre o Guide do ISEAL e as questões do CDP Forest 2020.	51

SUMÁRIO EXECUTIVO

Neste estudo foi avaliado o nível de adesão da Estratégia PCI do Mato Grosso, uma iniciativa jurisdicional estabelecida em 2015 e de grande reconhecimento, às diretrizes do Guia do ISEAL (Making Credible Jurisdictional Claims - ISEAL Good Practice Guide, 2020), em um projeto piloto que teve participação do instituto PCI, ICV, ISEAL e CDP, apoiados pela Kultiva Consultoria de Sustentabilidade na condução das análises.

Foi realizado um detalhado diagnóstico de diversos documentos, sites de parceiros, das plataformas da estratégia PCI e de empresas que atuam ou investem na região, e consultadas diversas partes para coleta das percepções em relação aos elementos presentes no Guia do ISEAL, revelando um cenário bastante complexo para a gestão da iniciativa jurisdicional (IJ) e em relação às reivindicações feitas pelas partes envolvidas.

O sucesso da estratégia PCI foi construído ao longo de 6 anos pela estruturação do Instituto, monitoramento de metas e engajamento de diversas partes. A comunicação dos *claims*¹, ou reivindicações² avaliados, são o resultado de todas as ações, e ressaltam a importância da transparência do envolvimento de todos e do posicionamento do Instituto PCI em relação ao seu papel no estado do Mato Grosso.

A aplicação do guia e a realização do estudo e consultas despertaram reflexões sobre possíveis melhorias e a importância de *claims* pelo instituto PCI e demais partes envolvidas na estratégia PCI, gerando expectativas de que melhorias sejam feitas no curto, médio e longo prazo. Diversas ações foram apontadas, como: transparência nas responsabilidades das partes envolvidas, melhorias no site para comunicar sobre o instituto PCI e os pactos regionais, reuniões de revisão de metas para ampliar a discussão sobre os objetivos, milestones e planos de ação, e estruturação de um portfólio de projetos e ações para investimentos na região.

Neste piloto foi evidenciado que o Guia permite que as iniciativas jurisdicionais façam diagnósticos profundos sobre as reivindicações da IJ (sua estrutura e do monitoramento de metas) e sobre o engajamento corporativo. As recomendações apresentadas ao ISEAL neste relatório são apresentadas sob a ótica de tornar o guia cada vez mais aplicável e prático. Ainda que possua orientações bastante claras, ferramentas baseadas no Guia e que apoiem e facilitem a implementação das diretrizes do ISEAL, poderiam ser de grande valia para as IJ.

Como resultado do estudo, ficou claro que os *claims* são apenas a divulgação do resultado de todo um processo de estruturação, engajamento e monitoramento na iniciativa jurisdicional, ou seja é apenas a ponta do iceberg, e que vem à superfície. Um grande processo de estruturação da governança, de engajamento e monitoramento de performance ocorre até que os *claims* sejam comunicados.

Nas entrevistas foi ressaltado que uma iniciativa jurisdicional é um espaço colaborativo, e que as partes compartilham o mesmo objetivo do desenvolvimento territorial. Na iniciativa jurisdicional são promovidos os projetos individuais dos atores que ali atuam e deve ser dada a devida dimensão à sua contribuição na região, mas deve principalmente promover e incentivar que esses atores unam os esforços em ações estruturantes, e que possam contribuir com o território de forma transversal, e não somente em determinada cadeia de valor ou commodity.

¹ An assertion of the truth of something, typically one that is disputed or in doubt. (Oxford Languages, Google, 14/04/2021).

² Entendimento dos autores sobre '*claims*' no contexto deste estudo: reivindicações, afirmações ou posicionamento realizado por uma parte nos meios de comunicações formais, com referência sobre seu envolvimento e contribuição na iniciativa jurisdicional.



Destacamos que todos os inputs e discussões com a equipe do ISEAL, CDP, instituto PCI, ICV e as instituições consultadas contribuíram de forma decisiva para a qualidade dos resultados do estudo e desenvolvimento das recomendações.

INTRODUÇÃO

As iniciativas jurisdicionais (IJ) - como forma de unir e representar os esforços e interesses de diferentes atores em uma determinada região, visando um objetivo comum, como a redução do desmatamento e aumentar a produção sustentável - são um tipo de abordagem com apoio crescente, e esforços tem sido realizados para melhor entendimento e definição de modelos estruturais e elementos chave para estratégia, gestão, desempenho e progresso das metas e resultados, comunicação da iniciativa e a efetividade do engajamento das partes envolvidas (governo, empresas e sociedade civil).

Em 2020, o ISEAL desenvolveu um Guia, chamado “Making Credible Jurisdictional Claims - ISEAL Good Practice Guide” pra apoiar e orientar as instituições envolvidas nas IJ (empresas, governo, e sociedade civil) em como realizar e analisar a estrutura e a performance da iniciativa, as ações de suporte à iniciativa que adotadas e promovidas pelas empresas, e finalmente, como estabelecer uma verificação.

Durante todo o desenvolvimento do estudo, um olhar atento e questionador foi aplicado, tendo como eixo algumas questões que foram consideradas como norteadoras:

Será que este guia é aplicável? O guia traz recomendações práticas para as iniciativas e empresas aprimorarem as declarações? Os dados e informações requisitados para o monitoramento corporativo e das iniciativas são úteis para as partes interessadas?

A estratégia PCI, iniciativa jurisdicional apoiada nos princípios de Produzir, Conservar e Incluir, estabelecido em 2015 na COP25 de Paris, é reconhecido mundialmente por ser uma das IJ com maior sucesso na sua implantação.

Mas o que levou a esse sucesso? O que precisa ser aprimorado na estrutura do PCI, no monitoramento das metas, no engajamento e na comunicação da iniciativa?

O instituto PCI, possui um importante papel de articulação na região e em seu site institucional apresenta informações sobre a governança da iniciativa, os membros, o histórico e outras informações e possui também um Portal de monitoramento anual das metas da estratégia PCI, e a mensuração dos indicadores para cada município do estado do MT. Os pactos regionais de Sorriso, Barra do Garças e Vale do Juruena, também possuem um estatuto/decreto de formalização, metas e atores engajados, porém não há um portal único integrado da estratégia PCI e Pactos Regionais, que consolide todas essas informações, com um olhar voltado para a gestão do território.

Qual o nível de atingimento das metas da estratégia PCI e quem está contribuindo para o seu atingimento? Será que há alinhamento entre a estratégia PCI e os pactos regionais? As iniciativas, ações e projetos estão desenvolvendo todo o potencial da região para engajar os atores locais, reduzir o desmatamento e aumentar a produtividade no campo, garantindo a segurança alimentar da população? Como identificar as regiões prioritárias para ação em nível municipal?

No estado do Mato Grosso, há diversas instituições que investem milhões de reais em ações, iniciativas e projetos para o aprimoramento das cadeias produtivas para modelos mais sustentáveis, reduzindo o risco de irregularidades socioambientais, emissão de gases de efeito estufa e promovendo uma cadeia mais produtiva, eficiente e inclusiva. Algumas dessas ações são desenvolvidas por empresas membro do instituto PCI e dos Pactos Regionais, outras empresas estão envolvidas, porém não são membros e há casos de empresas que contribuem indiretamente com as iniciativas, porém ainda não estão engajadas ou envolvida com a estratégia PCI.

Como manter as empresas engajadas na estratégia PCI e Pactos Regionais e investindo na região? Como estabelecer um espaço de diálogo para que essas empresas possam atuar em conjunto, fortalecer a região e capturar os resultados dessas ações, iniciativas e projetos para compor as metas e resultados da estratégia PCI e dos Pactos Regionais? Como engajar mais empresas para contribuir com a estratégia PCI e os Pactos Regionais? Como garantir um alinhamento entre o que as empresas, o instituto PCI e os Pactos Regionais comunicam e incentivar essa comunicação?

Inserido neste contexto, este projeto tem como objetivo central realizar um diagnóstico com recomendações para que a ISEAL possa avaliar, aprofundar e aprimorar suas diretrizes e, apoiar a estratégia PCI no fortalecimento do seu programa, monitoramento e verificação.

O estudo foi guiado por perguntas norteadoras, como descritas nesta introdução, e outros questionamentos levantados durante o desenvolvimento do estudo, composto por: diagnóstico da estratégia PCI baseada na aplicação do Guia do ISEAL, entrevistas com stakeholders, mapeamento de commodities chave, estratégias territoriais, avaliação do reporte ao CDP, modelos de *claims* realizados pelas empresas sobre os pactos regionais e a estratégia PCI.

Neste relatório final, buscamos sintetizar os principais resultados obtidos na avaliação da estratégia PCI e do monitoramento e engajamento corporativo, nos capítulos 1 e 2; sumarizar os comentários apresentados nas consultas realizadas com alguns dos principais atores envolvidos com a estratégia PCI e sobre a aplicação das diretrizes do Guia do ISEAL no capítulo 3; concluir e sumarizar sobre as recomendações ao instituto PCI, e para as Diretrizes do Guia da ISEAL, no capítulo 4.

1. Principais resultados da avaliação do monitoramento jurisdicional da estratégia PCI

Os principais resultados foram baseados nas análises de comunicações oficiais da estratégia PCI³, dos Pactos Regionais e das comunicações realizadas pelas empresas engajadas nestas iniciativas, aplicando-se as diretrizes do Guia Jurisdicional do ISEAL. Foram identificados gaps e pontos fortes da estratégia PCI com relação ao Guia do ISEAL, e apresentadas recomendações de melhoria para cada uma das partes, baseadas neste diagnóstico, inclusive para o CDP e o ISEAL. Este trabalho não teve como foco avaliar o envolvimento do governo ou realizar um benchmarking com outras iniciativas jurisdicionais.

1.1 Monitoramento jurisdicional da estratégia PCI

O resultado da aplicação dos requisitos do Guia do ISEAL à estratégia PCI, identificou que a iniciativa atende de maneira bastante satisfatória o referencial do ISEAL para a estruturação e comunicação da gestão da iniciativa, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 - Resumo da avaliação de aderência da estratégia PCI em relação à ISEAL

Iniciativa jurisdicional	Estruturar	Comunicar/declarar	Verificar
Gestão	•Engajamento de stakeholders	•Planejamento e monitoramento	•Há verificação?
	•Governança		
	•Planejamento	•Governança e monitoramento	
	•Financeiro		
	•Sistema de Monitoramento	•Gestão de riscos	
Monitoramento da performance	•Métricas	•Status	•O que verificar
	•Fonte de dados		
	•Autorização para uso dos dados	•Tendência	•Como verificar
	•Gestão da informação		
	•Coleta e análise	•Declaração subjetiva	
	•Qualidade dos dados		
Apoio à Iniciativa Jurisdicional	Range (alcance/opções)	Comunicar/declarar	Verificar
Ações de apoio	•Ações jurisdicionais	•Engajamento	•Há verificação?
	•Ações para aprimorar a produção	•Contribuição	
	•Ações e incentivo à cadeia de suprimentos	•Atribuição	

Os principais pontos fortes identificados foram a estruturação do Instituto PCI, atrelada com um decreto estadual, formalização da governança, membros da sociedade civil, iniciativa privada e governo e comitês formais por cada área chave de gestão. A estratégia PCI possui uma estrutura clara de monitoramento contínuo das metas em eixos e indicadores, disponíveis em bases públicas e oficiais. Há dados atualizados em nível de município, o que garante padronização da informação e baixa complexidade na obtenção dos mesmos. As metas refletem aspectos específicos da região (contexto socioeconômico e ecológico do MT)

³ O estudo foi desenvolvido entre fevereiro e junho de 2021. Avaliação da comunicação do instituto PCI foi realizada com base no site antigo do instituto (<http://pci.mt.gov.br/>) e do PCI monitor (<https://pcimonitor.org/>). O site atualizado foi avaliado (<https://www.pcimt.org/index.php/pt/institucional/o-instituto-pci>), porém os resultados do estudo inicial não foram modificados.

focando por exemplo em gado e soja, Cerrado e Amazônia. O processamento da informação deixa claro como é feito o uso da informação para o cálculo do indicador, o que contribui para a confiabilidade e mensuração da meta. Em relação às ações de suporte à estratégia PCI, houve um esforço de comunicação dos principais projetos e iniciativas, destaque no Pitchbook 2019, que foram identificadas por um comitê multistakeholder e tem foco nas ações apoiadas pelas corporações membros e parceiros do instituto PCI.

Os principais gaps identificados estão relacionados à indisponibilidade de informações da gestão dos financiamentos da iniciativa, a comunicação dos riscos (para a continuidade da iniciativa, não atingimento das metas e direitos humanos na região do MT) e o envolvimento dos membros com o desenvolvimento das metas e dos planos.

Algumas informações não estão disponíveis publicamente, como a avaliação de materialidade das metas, o racional utilizado para a definição das metas, os milestones e planos de ação para atingir os objetivos da estratégia PCI. Não há informação suficiente para avaliar se as métricas (os indicadores) definidas são adequadas para avaliar mudanças com relação à linha de base, assim como informação para avaliar se as metas são atingíveis e relevantes. Com relação as metas sem monitoramento, não há uma avaliação se poderiam ser obtidas, se o custo é inviável, ou se não há disponibilidade sistêmica dos dados. Finalmente, há pouca informação que relate a tendência de atingimento das metas e indicadores.

Apesar de ser uma iniciativa com caráter participativo relevante, não há verificação de 2ª ou 3ª parte envolvida no processo, seja por ONGs parceiras, ou auditores especializados.

Em relação às ações de apoio à iniciativa jurisdicional, foram identificadas evidências que o instituto PCI estabelece a forma de engajamento corporativo esperado com a ação jurisdicional, há definição, por exemplo, de como ser membro e participar da iniciativa e o incentivo à cadeia de suprimentos para se engajar na estratégia PCI, mas há pouca orientação de como as empresas podem se engajar em ações de aprimoramento da produção na região, contribuindo para as metas da estratégia PCI (ex. apoio a melhores práticas de gestão por meio de treinamento e serviços de extensão; apoio direto a empresas ou cooperativas; aumentar os fluxos financeiros atrelados à sustentabilidade para empresas produtoras; incentivar políticas governamentais e incentivos fiscais que apoiem a produção em linha com os objetivos da estratégia PCI; apoiar atividades e práticas de subsistência; facilitar a transferência de tecnologia para empresas produtoras).

Ainda em relação à comunicação das ações de suporte da estratégia PCI, foram identificadas evidências nas instituições membro da estratégia PCI, nos principais projetos e ações que essas empresas atuam (Pitchbook 2019), mas não há um status atualizado das ações, e não foram identificadas orientações de como comunicar as atribuições das ações de apoio à Estratégia PCI, calcular o quanto os resultados das ações contribuiu com o atingimento da meta da estratégia PCI.

Por fim, não há um processo de verificação estruturado para a declaração da estratégia PCI e das ações de apoio.

Diante dos gaps mapeados no estudo, foram realizadas recomendações para o instituto PCI (apresentados no Anexo I) e o site do instituto, por exemplo, incluir documentações sobre a estrutura e governança do instituto PCI (incluindo sobre a gestão financeira e dos financiamentos à iniciativa), informações e dados sobre as principais partes interessadas, como foram definidas as metas, quais são os milestones e planos de ação para o atingimento das metas e as Diretrizes para uso do nome e marca estratégia PCI. Foi sugerido ainda ao instituto PCI atualizar o histórico dos registros dos encontros dos stakeholders, incluir informações sobre os Pactos Regionais (estruturação e monitoramento de metas), as formas que as instituições podem se engajar na estratégia PCI, a atualização dos dados das principais ações e projetos do Pitchbook 2019, a análise anual qualitativa dos indicadores da estratégia PCI, tendência futura de atingimento das metas, e os resultados dos projetos/iniciativas locais que contribuíram qualitativamente para os indicadores. Por fim, foi sugerido apresentar a relação das regiões consideradas de alto risco com as metas da estratégia PCI.

1.2 Monitoramento dos Pactos Regionais

Os pactos regionais do PCI, isto é, iniciativas locais de desdobramento da estratégia PCI em municípios e presentes, atualmente no Vale do Juruena, Barra do Garças e Sorriso, apresentaram uma padronização na formalização das iniciativas, engajamento dos stakeholders e estabelecimento dos objetivos e metas.

As atividades do PCI Barra do Garças e do PCI Vale do Juruena (que inclui os municípios de Juruena e Cotriguaçu) já estão regulamentadas por Decreto Municipal, enquanto o Pacto Regional de Sorriso, ainda não possui uma lei ou decreto municipal que regulamente a atividade/parceria.

A análise documental apontou a existência de metas alinhadas com a estratégia PCI para cada Pacto Regional, porém, nem todas as metas são comunicadas de forma estruturada, sendo que em Juruena e Sorriso, foram divulgadas somente as linhas de atuação das metas e no pacto de Barra do Garças, foram identificadas informações sobre a existência de 25 metas, mas não a lista dessas metas. Diante deste cenário, foi recomendado potencializar e usar como fonte com as informações já monitoradas e disponíveis no www.pcimonitor.org.

Foram identificadas ações de engajamento relevantes em cada um dos pactos regionais, com a participação de grandes empresas, porém não há informação de como as demais instituições membro se envolvem no desenvolvimento das metas e planos dos pactos. Recomendamos que seja realizada uma consulta aos municípios para mapeamento e identificação de outras ações que contribuem com as metas do Pacto Regional, em ciclos anuais ou bianuais.

As informações dos pactos avaliados, não estão centralizadas em um site ou portal relacionado à estratégia PCI, e a maioria das evidências foram obtidas em fontes indiretas como notícias do site institucional do estado do MT, site do IDH, ou site da TNC. Não foram identificadas informações sobre os Pactos Regionais nos sites institucionais oficiais da estratégia PCI, PCI monitor ou Plataforma de transparência do instituto PCI.

1.3 Coleta de dados locais

De maneira geral, há pouca informação estruturada que correlacione as ações locais à estratégia PCI, sendo uma exceção as respostas do estado do MT ao “CDP State and Regions” de 2020, onde a estratégia PCI é citada diversas vezes como uma das ações estruturantes no estado que contribui com a gestão do Clima e do Desmatamento, apesar de haver oportunidades de melhoria para o relato.

Pouca informação foi reportada no “CDP Municípios” analisados (Tangará da Serra, Cuiabá e Cáceres), sendo uma oportunidade para engajá-los na estratégia PCI e apoiá-los na gestão dos temas reportados. Os municípios com Pactos Regionais não respondem atualmente ao “CDP Municípios”. O instituto PCI, ou uma instituição parceira, pode apoiar estes Pactos Regionais na comunicação das iniciativas, a correlacionar as metas e resultados municipais com os estaduais, e a reportar o “CDP Municípios” anualmente. Em contrapartida, poderiam ser utilizadas as informações reportadas no “CDP Municípios” para captar a contribuição de resultados/impacto de iniciativas municipais não mapeadas para a meta da estratégia PCI.

Na análise das iniciativas locais, baseada nos projetos do Pitchbook 2019, identificou a dificuldade de se agregar as informações para gerar uma inteligência territorial, incluindo as informações de diferentes atores parceiros, recursos investidos, objetivos, metas e resultados, e como estas ações estão contribuindo com os objetivos e metas da estratégia PCI. Recomenda-se a atualização periódica (em versão web, no máximo a cada 2 ou 3 anos) para demonstrar a evolução dos projetos e acompanhamento das metas e resultados. Como a consolidação das informações pode ser trabalho um hercúleo, o instituto PCI pode estabelecer um programa para incentivar que as próprias iniciativas locais apresentem as informações dos projetos de forma padronizada, no esforço de vincular as iniciativas mais diretamente ao eixo, meta e indicadores da estratégia PCI. O instituto PCI poderia estabelecer um ‘selo’ para demonstrar que as iniciativas estão alinhadas aos seus objetivos, metas, e que colaboram com informações claras sobre seu

envolvimento à Iniciativa, com cuidados para evitar o ‘greenwashing’ e talvez necessitando um modelo de auditoria ou verificação por terceira parte.

1.4 Estratégica de inteligência territorial

A inteligência territorial tem o objetivo do desenvolvimento sustentável de territórios e seu objeto central é a comunidade. Trata-se de uma prática que envolve a obtenção, análise e tratamento da informação e conhecimento sobre um território e seu entorno, para se desenhar e implementar planos territoriais em questões que sejam as mais estratégicas. Os fundamentos da Inteligência Territorial são baseados em três pilares principais: Desenvolvimento Sustentável, Governança e TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação).

No “PCI Monitor” é possível localizar a evolução de cada uma das metas, variações anuais e dados absolutos por commodity, por exemplo. A plataforma também disponibiliza informações em formato gráfico e cartográfico, inclusive em nível municipal e microrregional. Entretanto, a função de filtros e extração de informação de banco de dados não se encontra habilitada, restringindo o aprofundamento de algumas análises e a interface limita a interpretação de algumas informações.

As lacunas citadas no monitoramento das metas da estratégia PCI e o vínculo com as iniciativas e ações locais, indicam oportunidades de comunicação, engajamento de stakeholders, integração do modelo de governança no nível municipal, compartilhamento de dados e difusão das informações. Considerando-se este cenário, a evolução de uma solução que aplique uma metodologia de Inteligência Territorial e gestão por desempenho de indicadores, torna-se a mais recomendada para monitorar e implementar planos estratégicos jurisdicionais, inclusive para a priorização de cada ação em cada um dos municípios. Além destes pontos, a plataforma pode ser um eficiente instrumento para promover um modelo ainda mais participativo para a estratégia PCI.

Assim, recomenda-se a criação de uma “Plataforma de Inteligência - PCI”, com o objetivo não somente de coletar e divulgar dados, mas também como uma ferramenta robusta de gestão, comunicação, engajamento, e para priorizar a atuação nos municípios. A “Plataforma de Inteligência - PCI” é o resultado da implantação do processo apresentado a seguir, visto que, em posse de dados estruturados de forma estratégica, a análise para tomada de decisão e priorização dos municípios será padronizada e transparente, podendo ser acompanhada e atualizada ao final de cada ciclo a ser estabelecido. O envolvimento da Embrapa e do ICV, parceiros do instituto PCI, no desenvolvimento da estratégia PCI, considerando as iniciativas e desenvolvimento de sistemas e sinergia com as áreas de relacionadas, devem ser fortemente considerados para a implementação da “Plataforma de Inteligência - PCI”.

Recomendamos uma primeira fase de criação da estratégia de inteligência territorial, seguida da análise para priorização dos municípios para atuação, sendo:

- Fase 1 – Criando a Inteligência Territorial (etapas - Entendimento de Estratégia e Governança (revisão de mapa de riscos, áreas prioritárias, cadeias de commodities principais, engajamento dos atores chave); Definição de Quadros Estratégicos para Gestão (modelos pré definidos que podem ser utilizados como relatório, podendo seu uso ser de domínio público ou gerenciamento interno); Sistema e Integração das Informações (centralizar e viabilizar que as informações estejam em ambiente seguro e integrado, de forma fornecer os resultados necessários para as tomadas de decisão e acompanhamento de performance); Definição e/ou Revisão de KPIs (entendimento dos KPIs para *claims* e para gestão); Plano de comunicação (Estruturação e definição de plano que atenda os públicos-alvo, canais, estratégias, alcance, entre outros)

- Fase 2 – Gestão por PDCA/DMAIC e desempenho de indicadores (definida a estratégia e iniciada a execução, a cada ciclo pré-determinado, deve-se realizar a avaliação da performance e ações corretivas através de planos de ação. Os indicadores suportar o entendimento da performance vs metas esperadas de forma a garantir os resultados).

É importante destacar que estes ciclos de revisão demandam uma estrutura organizacional de gestão ativa, sendo que estes elementos devem ser analisados, e se necessário atualizados, de forma a promover ajustes na estratégia e/ou performance e garantir os resultados definidos. Para que isto possa acontecer efetivamente, é importante que estejam disponíveis as ferramentas, dados e recursos humanos capacitado e dedicados para análise e gestão da performance. A gestão por PDCA e desempenho deve ser priorizada para que seja cumprida e atualizada a cada ciclo pré-determinado de forma a garantir a qualidade de gestão e performance da iniciativa.

A criação da plataforma poderá permitir uma investigação e acompanhamento mais estratégico do impacto dos municípios prioritários em cada uma das metas, oferecendo os subsídios necessários para a priorização de municípios e ações de forma padronizada e alinhada com o desempenho das metas da estratégia PCI.

2. Principais resultados da avaliação do engajamento corporativo da estratégia PCI

As declarações de empresas que atuam na região foram avaliadas com o objetivo de identificar como elas estão se posicionando em relação à estratégia PCI e aos Pactos Regionais, tanto em relação ao engajamento delas, quanto em relação aos projetos que executam na região. A seguir é apresentado um resumo deste estudo.

2.1 Engajamento corporativo na estratégia PCI

Como parte da análise do nível de engajamento das empresas, inicialmente foram identificadas as commodities-chave para o estado (soja, milho, algodão e gado) e listadas as principais empresas produtoras e compradoras destas commodities da região. Baseada nesta lista, foram avaliadas as declarações de 10 empresas⁴ sobre o seu engajamento no instituto PCI e Pactos Regionais e seus investimentos nos territórios, alinhadas com a estratégia do PCI. As empresas foram selecionadas em função da cadeia (carne, soja, biomassa, leite) da posição na cadeia (produtor, indústria, varejo), empresas membro e não membro do instituto PCI e dos Pactos Regionais, com projetos listados no Pitchbook 2019, e que responderam ao CDP Forest 2020.

Nos sites, relatórios de sustentabilidade e resposta ao CDP Forest 2020, foi identificado que as empresas têm um posicionamento bastante conservador sobre o engajamento delas com o instituto PCI, somente apresentando-se como membros fundadores, como Amaggi e Marfrig, ou nem citando a estratégia PCI, mesmo quando são empresas membro, como, por exemplo, o Carrefour e Grupo Roncador. Não foram identificadas situações em que as empresas não-membro da estratégia PCI se declarem como membro do instituto. Como destaque de comunicação atrelada a estratégia PCI, podemos citar a empresa FS Bioenergia e o Walmart (empresas não-membro), que mencionam explicitamente estar engajadas e alinhadas à JJ, com ações diretas ou no engajamento de seus fornecedores para participarem da estratégia.

Os membros do Instituto PCI precisam formalizar a sua associação, com aprovação em Conselho, porém não está claro se o processo oficial estaria vinculado a assinatura de uma carta compromisso com a contribuição esperada, algo que seria recomendado que poderia contribuir para as empresas estabelecerem uma relação mais formal e de responsabilidade com a iniciativa e com os resultados das metas.

Em seus canais de comunicação, as empresas citam projetos que estão listados no Pitchbook 2019, com dados de número de produtores, área de produção, entre outros indicadores, porém não relacionam diretamente estas ações à estratégia PCI na descrição do relato. Além disso, as empresas descrevem outros projetos que contribuem com os eixos da estratégia PCI, porém não são apresentadas informações suficientes para estabelecer essa correlação, como o volume investido especificamente no projeto no Mato Grosso, ou quantas fazendas beneficiadas na região representam do total dos fornecedores da empresa. Não foram identificados nas declarações das empresas projetos relacionados à agricultura familiar, ou ao eixo “Incluir”, apresentando somente ações com foco em pequenos produtores das suas cadeias produtivas (commodities-chave).

As contribuições das empresas poderiam ser relacionadas diretamente à meta da estratégia PCI, como o aumento da produtividade do gado, aumento da área de produção de grãos, ou indiretamente como apoiar as boas práticas agrícolas dos produtores rurais, ou apoiar o governo, MPF e associações na implantação de sistema de regularização ambiental de produtores rurais. É mais fácil ‘calcular’ a contribuição direta à estratégia PCI, do que a indireta, mas é preciso capturar essas informações de alguma forma.

Como o monitoramento das metas da estratégia PCI é realizado apenas com base em dados públicos e oficiais, até o momento as empresas não são requeridas a fazer o cálculo de sua contribuição e atribuição.

⁴ Empresas: Amaggi, Cargill, Grupo Roncador, Marfrig, JBS, Carrefour, Walmart, McDonalds (Arcos Dorados), Casterleite e FS Bioenergia.

Importante ponderar que a base oficial das metas traz robustez segurança aos dados e no resultado do monitoramento.

2.2 Engajamento corporativo em iniciativas locais

Para a análise do engajamento corporativo nas iniciativas locais, foi realizada uma pesquisa em documentos e informações de domínio público, tendo como objetivo a identificação de *claims* das empresas, não sendo objeto deste estudo avaliar a veracidade destes *claims*, a efetividade ou grau de implementação destas ações de engajamento e contribuição.

Primeiramente foram consideradas as iniciativas que seguem a estrutura da estratégia do PCI-MT, a saber, PCI Barra do Garças, PCI Sorriso e PCI Vale do Juruena. Foram avaliados também o Programa Municípios Sustentáveis (PMS), as experiências regionais e os consórcios intermunicipais, entretanto, não foram identificadas empresas envolvidas diretamente com essas últimas iniciativas.

A maior parte das informações sobre os Pactos Regionais estão disponíveis no site do IDH, e em notícias do governo do MT. Não foram encontradas declarações das empresas⁵ sobre a participação no PCI de Barra do Garças (JBS e Agro Amazônia), porém há informações dos membros do PCI Sorriso (FS Bioenergia, Cofco) e PCI Vale do Juruena (Marfrig, Carrefour) sobre seu engajamento e sobre serem membros dos Pactos Regionais.

Em relação à contribuição, em geral as empresas citam projetos que realizam no Mato Grosso e outras regiões do Brasil, porém não informam o volume investido e/ou o número de beneficiários na região. Destaque para o PCI Vale do Juruena em que os membros que atuam no Programa de Produção Sustentável de Bezerros apresentam a área, o número de produtores beneficiados e mencionam a proteção e restauração de área nativa. Não foram encontradas informações que correlacionassem como as ações das empresas resultaram ou contribuíram para os resultados das metas da estratégia PCI ou dos Pactos Regionais.

Destaca-se que o tema do engajamento corporativo em iniciativas locais pode ser analisado por outras perspectivas nos capítulos 3 e 4 deste relatório, sob a perspectiva de elementos identificados em entrevistas e recomendações finais à PCI.

2.3 Teste das Diretrizes da ISEAL para evidências e reivindicações corporativas e recomendações ao instituto PCI

Há um grande desafio nas empresas em declarar e publicar as informações que sejam mais importantes às suas partes interessadas (materialidade) de forma objetiva e clara. Foi testada a aplicação dos requisitos da ISEAL, baseado em comunicações públicas que foram feitas pelas empresas (exemplos no Anexo II).

As declarações de engajamento das empresas são os requisitos considerados mais completos, e pequenos ajustes são suficientes para atender a todos os requisitos do ISEAL. No geral, complementamos com a justificativa do porquê determinada ação da IJ está sendo apoiada pela empresa (em relação à estratégia da empresa e da estratégia PCI) e um parâmetro que mostre a relevância da IJ para a empresa (oportunidades de investimento, ou o % que a empresa adquire seus insumos da jurisdição).

⁵ Empresas: JBS, Amaggi, Grupo Roncador, Agroamazonia, CARPA Serrana, SICREDI, FS Bioenergia, Cofco, Nutribras, Delicious Fish, Bayer AS, Carrefour, Marfrig, Casterleite, Rohden.

Quando se trata do quesito contribuição são necessários muitos complementos quantitativos nas declarações das empresas. O quadro do balanço de metas da estratégia PCI é fundamental para as empresas localizarem as metas que elas estão fazendo contribuição direta ou indireta. As empresas possuem gestão das metas quantitativas das ações e projetos que apoiam (número de fazendas, investimento aportado, área a recuperar ou preservar etc.), porém, o acompanhamento anual dos resultados pode ser um desafio, assim como o cálculo do % de representatividade para o estado do Mato Grosso, especialmente quando a empresa possui projetos que ocorrem em diversos estados e regiões do país. Para atribuição, há pouca informação disponível que traga uma relação causal entre a ação da empresa e a mudança de desempenho das metas da estratégia PCI. O desdobramento das metas da estratégia por municípios poderia facilitar a análise pela empresa.

O documento 'Diretrizes para uso da Marca e Nome PCI' é bastante completo em relação aos requisitos do ISEAL, porém algumas sugestões foram apresentadas como: todas as organizações poderiam estabelecer pelo menos 1 ou 2 metas de compromisso, com o objetivo de garantir o alinhamento da visão e da estratégia do PCI com as empresas. As contribuições podem ser de engajamento institucional, ou de ações pontuais, locais ou regionais, ou seja, de diversos níveis, e não significar necessariamente um aumento de custo e responsabilidade das instituições ou grande amplitude, mas podem ter a finalidade de concretizar e esclarecer para a própria empresa como é seu engajamento e sua contribuição ao instituto PCI e às metas da estratégia PCI. Um quadro resumo é apresentado no Anexo III.

Recomenda-se que o instituto PCI estabeleça um quadro resumo padrão para que as empresas possam reportar anualmente, apresentada no Anexo IV. As empresas podem apresentar este quadro como um BOX ou Anexo em suas publicações regulares, como o website corporativo, Relatório de Sustentabilidade, Relatório de Progresso para o compromisso de não desmatamento, ou às questões do CDP Forest.

2.4 Sistema de engajamento corporativo da estratégia PCI, por meio de reivindicação e participação do Corporate Action Group

Para aumentar o engajamento corporativo e garantir o foco do desenvolvimento na região, sugerimos uma plataforma unificada para as comunicações do instituto PCI e dos Pactos Regionais (website do instituto PCI), incluindo: a estruturação das iniciativas, os membros, um centro de memória (documentos e registros), as metas e o resultado do monitoramento anual, os projetos prioritários, link para notícias de parceiros sobre a estratégia PCI e Pactos Regionais e as Diretrizes para uso da Marca e Nome PCI.

Nos capítulos anteriores foi amplamente relatado o desafio que as empresas têm de relacionar as suas metas e resultados com a estratégia PCI. Da mesma maneira, o instituto PCI encontra o mesmo desafio (ou ainda maior) de vincular as suas metas e resultados, à participação das empresas, as ações e investimentos realizados na região. Assim, de maneira acertada, são processados dados públicos e oficiais para consolidar os resultados anuais das metas da estratégia PCI. Entendemos, porém, que a análise quantitativa da contribuição e atribuição das empresas e projetos à IJ poderia ser suportada por um sistema informatizado e integrado, que faça parte de uma Estratégia de Inteligência Territorial, que traga inteligência para correlacionar os dados e informações públicas e oficiais e, inclusive, aquelas declaradas pelas demais partes.

No documento de referência do instituto PCI, Corporate Action Group (CoAG), é feita uma declaração breve sobre o instituto PCI, os objetivos do CoAG, a governança, processo e os benefícios esperados aos membros. Recomendamos ao instituto PCI incluir a atuação esperada de todas as empresas que participam do Corporate Action Group:

- Compromisso (com pelo menos 1 meta da estratégia PCI e apoio para coibir e denunciar práticas ilegais como desmatamento ilegal, trabalho análogo a escravo ou infantil, comércio ilegal, produção em áreas protegidas);

- Declarar a sua forma de engajamento na estratégia PCI (apoio ao Instituto, apoio a projetos, ações e iniciativas no território, entre outras formas) e
- Dar transparência do seu engajamento e contribuição, declarando anualmente, conforme orientações que são apresentadas pela estratégia PCI no 'Diretrizes para uso da Marca e Nome PCI'.

3. Consultas a partes interessadas envolvidas com a estratégia PCI

O processo de consulta foi realizado por meio de entrevistas com algumas das principais partes interessadas envolvidas na iniciativa Jurisdicional, representando atores da sociedade civil, varejistas, comerciantes, frigoríficos, investidores, entre outros, para discutir, coletar feedback e ajustar as conclusões sobre as análises prévias deste estudo, que analisaram a estratégia do PCI, Pactos Regionais e declarações das empresas, de acordo com a metodologia ISEAL. Os detalhes das instituições participantes se encontram na Tabela 2:

Tabela 2 – lista de instituições consultadas

Categoria	Instituição	Representante
Investidor	& Green Funds	Diretor de Investimento
Indústria química	Bayer	Líder de Estratégia de Engajamento em Meio Ambiente e Agricultura para a América Latina
Varejista	Carrefour	Diretor de Sustentabilidade
Indústria de biomassa	FS Bioenergia	Gerente de Novos Negócios
Investidor	fundo JBS	Diretor do Fundo JBS
Sociedade civil	IDH	Diretor Regional
Frigorífico	JBS	Gerente Executiva de Sustentabilidade
Sociedade civil	Proforest	Diretor de Sustentabilidade
Sociedade civil	TFA	Diretor Regional
Varejista	Walmart	Gerente Sênior
Trader	Amaggi	Gerente de Sustentabilidade

No total, foram realizadas 11 entrevistas, de aproximadamente 1 hora, com representantes convidados diretamente pelo Diretor do instituto PCI, explicando o interesse em se obter a perspectiva do convidado e feedback sobre os pontos principais do estudo Piloto do PCI/ISEAL.

3.1 Metodologia

Nos primeiros 30 minutos da entrevista foi realizada uma breve apresentação do estudo do PCI/ISEAL.

- *Visão geral:*
 - *Apresentação do Guia da ISEAL.*
 - *Apresentação dos pilotos do ISEAL, a participação da estratégia PCI e do CDP e os objetivos do projeto.*
- *Resultados da avaliação dos claims da estratégia PCI e Pactos Regionais.*
- *Resultados da avaliação dos claims das empresas.*
- *Resultados da avaliação dos claims da empresa entrevistada (permitindo que o entrevistado esclareça e faça comentários durante a apresentação).*

Nos 30 minutos finais da entrevista foram abordadas a questões seguindo um roteiro semiestruturado, dividido em perguntas categorizadas como “Geral” (aplicável a todos) ou “Específica” (direcionada a empresas e investidores), com o objetivo de se obter a percepção e feedback geral dos entrevistados⁶:

Geral

1. *Você considera que o Instituto PCI divulga todas as informações relevantes sobre a Iniciativa Jurisdicional (estrutura, governança) e sobre a performance das metas da estratégia PCI? Explique.*

⁶ Os entrevistadores usaram este roteiro, porém adaptando conforme o diálogo com a parte consultada, e aprofundando em tópicos que fizessem mais sentido ao contexto da discussão.

2. *Você considera que as recomendações apresentadas no estudo irão apoiar o Instituto PCI na estruturação das suas reivindicações? Explique.*
3. *Você considera que as recomendações apresentadas no estudo podem apoiar as empresas a melhorar as suas reivindicações sobre a estratégia PCI? Você acha que é factível usar as recomendações de declaração? Comente.*
4. *Você considera relevante que o instituto PCI e as empresas façam verificação das claims, como sugere o ISEAL? Comente.*

Empresas

5. *Você gostaria de contribuir com informações ao instituto PCI para que fossem divulgadas as ações que sua empresa faz na região e como contribuem com as metas da estratégia PCI? Comente.*
6. *Você concorda com a avaliação feita sobre as declarações de sua empresa em relação à engajamento e contribuição a estratégia PCI? Você tem mais informações divulgadas que não foram identificadas?*
7. *Você considera que as recomendações apresentadas no estudo podem apoiar a sua empresa a melhorar as suas reivindicações sobre a estratégia PCI?*
8. *Você avalia que sua empresa estaria disposta a fazer um piloto, usando as diretrizes do estudo? Você acha que a empresa faria verificação das claims, como sugere o ISEAL?*
9. *Você concorda que a empresa deveria estabelecer compromissos mínimos com o Instituto PCI? Você faria adesão ao Instituto, seguindo este modelo? Comente.*

Investidores

10. *Que tipo de informação você busca para investir ou apoiar iniciativas jurisdicionais? Explique.*
11. *Você utiliza as informações que as empresas divulgam sobre seu envolvimento com a estratégia PCI? Considera que as empresas divulgam todas as informações relevantes sobre seu engajamento e contribuição a estratégia PCI (para a iniciativa e para as metas da estratégia PCI) de forma clara (e sem greenwashing)? Explique.*

Os resultados obtidos foram analisados, resumidos e organizados em 4 grupos:

- a. Posicionamento e Governança da estratégia PCI: O que é; definição nos objetivos, eixos e metas; Partes envolvidas e responsabilidades; Governo; Ações e projetos; Recursos; Pactos regionais
- b. Comunicação do Instituto PCI: Conteúdo ; Engajamento, visibilidade para atores estratégicos e formação de rede; Formato da comunicação
- c. Engajamento das empresas pelo Instituto PCI: Formalização; Compromissos; Meios de engajamento; Pactos regionais
- d. Comunicação das empresas - elementos em relação à comunicação das empresas sobre a estratégia PCI
- e. Recomendações ao ISEAL – elementos a serem ajustados ou incluídos no Guia do ISEAL.

Não foram identificadas as fontes individuais de cada uma das recomendações, de forma a preservar a identidade dos convidados.

3.2 Principais resultados das entrevistas

Todos os comentários registrados nas entrevistas são apresentados no Anexo V. É possível notar que há opiniões contraditórias, já que foram feitas por membros de diferentes instituições, vivências e envolvimento com a estratégia PCI e com outras iniciativas jurisdicionais.

Os entrevistadores registraram as opiniões sem julgamento de valor, porém, aproveitaram para fazer esclarecimentos quando necessário, conforme o entendimento do estudo realizado até o momento, em relação à questões conceituais sobre IJ, sempre que possível, e focaram em discussões para aprofundar os pontos que se tornaram centrais sobre o engajamento corporativo na estratégia PCI.

a. Posicionamento e Governança da estratégia PCI

As entrevistas apresentaram, em linhas gerais, comentários sobre uma falta de entendimento sobre o posicionamento do instituto PCI, sobre o planejamento e performance, os atores envolvidos e seus respectivos papéis e contribuições, que determinam uma certa insegurança em promoverem *claims* sobre seu engajamento a estratégia PCI.

O papel do governo na estratégia PCI, ainda que considerado essencial, deixa algumas nuances ou incerteza se pode estar influenciando na adesão ao instituto PCI e na efetividade dos *claims* das partes, especialmente as empresas.

O modelo de envolvimento e institucionalização do instituto PCI com os pactos regionais e iniciativas locais não parece estar claro entre os entrevistados, sendo uma fonte de risco para eles oficializarem e divulgarem *claims*.

Foi sugerido mais transparência na governança e dinâmica de atuação do instituto PCI, para contribuir com a promoção dos *claims*, assim como a atração de mais recursos para a região. Ainda que houvesse diversos comentários sobre o posicionamento e governança do instituto PCI, não houve nenhum que estivesse vinculado a questões ou dúvidas éticas ou desvios de conduta. Isto pode ser entendido positivamente, sendo que, talvez ações de esclarecimentos, organização e facilidade de acesso público às informações poderiam gerar uma contribuição importante para transparência e promoção dos *claims*.

b. Comunicação do instituto PCI

Alguns entrevistados entendem que um papel mais ativo do instituto PCI na comunicação pode ser benéfico a todos os envolvidos, principalmente pela alta qualidade e confiabilidade que é atribuída aos membros do instituto.

Com relação ao conteúdo, as demandas apresentadas são de múltiplas naturezas e permeiam questões como dados de referência na região, acompanhamento de performance das metas, mapa de atores e fornecedores da região, atividades realizadas, apoios necessários, entre outros.

A divulgação pela estratégia PCI como incentivo positivo aos bons atores, pode ser considerada um bom meio de gerar engajamento de outras partes. Foi apontada uma preocupação de todos sobre quem pode comunicar sobre a estratégia PCI, e o que ser comunicado, de forma que seja responsável e justa.

O formato de comunicação mais direcionada e padronizada foi apontado como uma oportunidade, como vincular casos que possam materializar as ações e as contribuições à estratégia PCI. Foi sugerida a realização de ações com parceiros como Vozes do Agro, Plantproject, e o uso de redes sociais, assembleias virtuais para promover a comunicação. Materiais como Pitchbook, One Page e factsheets parecem ter potencial de promover maior penetração dos *claims* sobre a estratégia PCI pelos atores. Promover um processo que permita a promoção de *claims* das empresas pelo Instituto PCI e vice-versa.

c. Engajamento das empresas pelo instituto PCI

Desenvolver um meio mais padronizado, bem definido e transparente de formalização da parceria e associação foi apontado como uma oportunidade pelos entrevistados, assim como, para os compromissos a serem firmados pelas partes e posteriormente acompanhado pelo coletivo.

Foi sinalizada uma preocupação sobre o melhor formato de capturar as contribuições, inclusive as não vinculadas diretamente às metas e como manter a inclusão e promover o envolvimento de novos atores. Foi levantada preocupação sobre qual seria o equilíbrio entre incentivo e possíveis “punições” aos parceiros, diante de questões sensíveis, como o desmatamento ilegal.

Verificar a possibilidade de reuniões individuais, complementarmente ao formato promovido pelo Corporate Action Group, pode ser um meio das empresas verbalizar e negociar contribuições diretamente com o PCI, podendo gerar maior engajamento, esclarecimentos e adaptações pontuais. Reuniões trimestrais de *disclosure* aos parceiros sobre as ações e planos do PCI também foi sugerida por parte dos entrevistados.

A preocupação com o posicionamento do PCI em relação aos pactos regionais foi sinalizada novamente, assim como a tendência de algumas empresas em se vincularem a iniciativas em âmbitos menores que o estadual, pela facilidade de controle e menores riscos.

d. Comunicação das empresas

As empresas e instituições entrevistadas se mostraram interessadas em participar de pilotos para testar as diretrizes do ISEAL sobre engajamento, contribuição e atribuição, e concordaram com as avaliações apresentadas no estudo.

A maioria apresentou um alinhamento de interesse em promover mais *claims* sobre a estratégia PCI, ainda que questões anteriormente abordadas como falta de clareza e entendimento de fronteiras de atuação e contribuições poderiam impactar negativamente.

Foi sinalizada que a padronização com templates, por exemplo, seria positiva, assim como se manter os ciclos constantes de comunicação e alinhados com o timing dos agentes. Há uma preocupação com a definição de quem e como seria feita esta comunicação e como realizá-la de forma inclusiva para empresas que atuam no coletivo, isto é, que não tenham projetos e ações individuais.

e. Recomendações ao ISEAL

Os entrevistados ficaram bastante interessados na análise de adesão da estratégia PCI às diretrizes do Guia do ISEAL, e indicaram como positivas as recomendações promovidas ao PCI, despertando o interesse dos entrevistados pelo estudo como um todo, assim como seus possíveis desdobramentos.

Houve a percepção positiva de um aumento de engajamento dos consultados com o PCI com a aplicação do estudo e o reconhecimento da complexidade de apresentar uma análise detalhada das metas, desdobramentos, e na consolidação das contribuições dos projetos, ações existentes no estado do Mato Grosso, seja por membros ou não membros.

Foi sugerido que seja estabelecido um sistema de categorias de contribuição das empresas, para considerar estágios iniciais, em são necessários mais esforços e com poucos resultados mensuráveis imediatos, até estágios mais avançados, em que as empresas possam estar contribuindo acima da meta estabelecida pela Iniciativa Jurisdicional.

A verificação por terceira parte foi pontuada como importante para dar mais credibilidade, reduzir riscos, transparência para a validação das contribuições, viabilizando uma maior realização de *claims* pelos atores, ainda que houvesse preocupação com questões de custos e modelos que pudessem equilibrar este custo-benefício.

4. Conclusão e recomendações finais

4.1 Recomendações ao instituto PCI

Apesar de o estudo ter um caráter de diagnóstico, ou seja, avaliar a adesão ao Guia do ISEAL, durante toda a análise realizada, houve uma constante preocupação em se promover recomendações e direcionamentos que pudessem auxiliar na promoção de melhorias na estruturação do instituto PCI, monitoramento da estratégia PCI, e das reivindicações feitas pelo instituto, pelos parceiros e pelas empresas.

O capítulo 1 traz um resumo das principais recomendações para a estruturação, o monitoramento e as comunicações para a estratégia PCI e os Pactos Regionais, e o Capítulo 2 traz um resumo das recomendações para a comunicação das empresas e para o engajamento corporativo do instituto PCI. Visando integrar elementos mapeadas nos diagnósticos com os identificados nas entrevistas, seguem algumas recomendações finais ao instituto PCI:

1. **Responsabilidade compartilhada no Instituto PCI** - reforçar nas comunicações do instituto PCI que todos os membros representam a iniciativa jurisdicional quando falam em seu nome. **É preciso ficar claro que o engajamento é um movimento coordenado de todos os membros do instituto PCI, e não precisa necessariamente ser centralizado na equipe do instituto PCI.** A atuação de todos os membros é fundamental para ganhar escala e trazer todos os atores da região do MT para o mesmo objetivo. (item 14.1 na tabela 3).
2. **Participação efetiva no instituto PCI – estabelecer regras claras de adesão ao instituto PCI, e categorias de engajamento, e de mensuração das contribuições e atribuições à estratégia PCI,** assim como possíveis punições (se aplicáveis). É preciso atrair atores essenciais ao sucesso das iniciativas por cadeias-chave, ainda que em categoria ‘inicial’ (menores contribuições nos resultados imediatos). (item 2.1 na tabela 3).
3. **Papel do Governo** - Ainda que reconhecido como um agente importante, as empresas apresentam preocupação em se tornar membros do instituto PCI devido ao risco de *compliance*, pelo envolvimento do governo no instituto PCI. Uma **melhor comunicação no site do instituto PCI sobre a participação do governo na governança, suas responsabilidades, o envolvimento nas questões orçamentárias e dos limites de alçada de decisão** poderiam facilitar o engajamento e os investimentos corporativos. (item 14.2 na tabela 3).
4. **Objetivos e Metas atualizados** - as metas da estratégia PCI foram estabelecidas em um momento de engajamento inicial de atores da região, e de estabelecimento de objetivos para o desenvolvimento regional. Foi relatado que criar o diálogo entre todas as partes foi mais importante naquele momento, do que avaliar quais as metas eram mais relevantes e atingíveis até 2030. Para se manter o sucesso da iniciativa, **é preciso estabelecer, implementar e comunicar um procedimento formal para a reavaliação periódica das metas da estratégia PCI,** com base no cenário político-econômico, as prioridades socioambiental do Mato Grosso e os riscos para a estratégia PCI. (item 20 na tabela 3).
5. **Plano de Comunicação** - a **implementação de um plano de comunicação,** poderia aumentar a visibilidade do instituto PCI, pela divulgação em meios diversos de informações e relatórios referentes à estratégia PCI e seus avanços. Os esforços poderiam ser focados nas informações mais relevantes para as partes envolvidas, com base em uma consulta formal a ser realizada na elaboração do plano de comunicação, e nos gaps identificados neste estudo (como a análise qualitativa dos indicadores e das tendências de atingimento das metas da estratégia PCI, dos milestones e planos de ação e atores envolvidos). (item 33 na tabela 3).
6. **Declarações subjetivas das empresas** - Há carência de orientação para as empresas de como fazer declarações subjetivas e que materializem os esforços das ações no campo. Recomenda-se que o instituto PCI estabeleça **diretrizes de comunicação com recomendações de expressões empresariais**

relacionadas a **declarações subjetivas**, como “compras sustentáveis”, “redução da emissão de gases do efeito estufa”, “produção sustentável” e outros temas demandados pelos atores, assim como, **realizar uma maior divulgação dos membros que apresentem bom desempenho nestes temas (incentivo positivo)**. (item 33 na tabela 3).

7. **Avaliação das Iniciativas Locais e a Estratégia PCI** – para aumentar o engajamento corporativo e eventualmente estimular mais investimentos na região, recomenda-se estabelecer critérios padronizados para **avaliar o nível de adesão das iniciativas, ações e projetos à estratégia PCI, assim como avaliar a sua contribuição para os resultados da estratégia PCI**. (item 37 na tabela 3).
8. **Mapeamento das iniciativas locais** - Os esforços para captação das ações, iniciativas e projetos que contribuem com a região do MT devem ser constantes, e podem ser realizados pelo instituto PCI em chamadas públicas para cadastro, utilizando um *template* online padrão ou com busca ativa em fontes primárias. **A divulgação deste mapa de iniciativas locais pode ser feita por um “Pitchbook Virtual PCI” no site do Instituto PCI**. (item 38 na tabela 3).
9. **Plataforma de Inteligência Territorial** – recomenda-se a estruturação de uma plataforma digital de inteligência territorial - “Plataforma de Inteligência - PCI” - conforme apresentado no item 1.4, seguindo os princípios da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC). A aplicação de tecnologia na comunicação permite que se possa unificar, **gerenciar e processar grande quantidade de dados e informações e disponibilizá-las para acesso público, facilitando a comunicação entre as partes, o gerenciamento de riscos, a análise de focos de atuação, e a análise de impacto das ações no estado**. Pelo estabelecimento de um alinhamento estratégico, o instituto PCI mapeia e prioriza os principais “produtos e serviços” que pode oferecer pela Plataforma, alinhados com seu posicionamento e as principais demandas pelas partes interessadas. Recomenda-se que seja realizado um estudo com um parceiro especializado no tema, como por exemplo, a Embrapa, para entendimento da viabilidade de custo, associado ao desenvolvimento e manutenção da plataforma, e a gestão e análise dos dados. (item 7.1 na tabela 3).

4.2 Recomendações ao CDP

A parceria entre o CDP e as iniciativas jurisdicionais com sinergia de objetivos para aumentar os *claims* das partes envolvidas, pode trazer melhora significativa no mapeamento de ações jurisdicionais, a exemplo da estratégia PCI. O esforço da coleta de dados e informações anuais de maneira unificada potencializa as chances de reporte por parte das empresas, estados e municípios.

Para que as partes possam promover melhores *claims*, é importante que sejam feitos capacitações e eventos de esclarecimentos sobre as questões relacionadas às iniciativas jurisdicionais. Especificamente em relação às empresas, o preenchimento do questionário do CDP Forest pode ser bastante complexo, dependendo do número de regiões e de commodities que a empresa produz, compra ou processa. A adequação do questionário para ampliar as respostas sobre IJ deve ser bastante precisa, para que não aumente sobremaneira os esforços das empresas no reporte ao CDP Forest.

Para as empresas que ainda não reportam ao CDP Forest, e para todos os governos municipais e estaduais, que ainda não reportam ao CDP States and Regions ou CDP Municípios, sugerimos que seja feito um engajamento pelo CDP e pelo instituto PCI, ou membro parceiro da iniciativa, para maior adesão das empresas que atuam na região, com a promoção de workshops e treinamentos. As empresas que já respondem ao CDP, podem acionar seus fornecedores para responder no programa CDP Supply Chain.

No Anexo VI é apresentado um resumo das recomendações feitas ao CDP na análise da coleta de dados locais e dos *claims* das empresas ao CDP.

4.3 Recomendações de melhorias ao Guia do ISEAL

Overview

A experiência de aplicação do guia a uma iniciativa referência e atuante como a estratégia PCI foi considerada bastante enriquecedora. O Guia está bastante claro, com diretrizes consistentes, bem estruturadas, e condizentes com a realidade de uma IJ, tendo sido uma ferramenta eficiente para análises e diagnóstico realizado. O resultado da avaliação dos elementos do Guia com relação à estratégia PCI, na etapa inicial do estudo (Anexo I), se comprovou com a análise dos gaps de *claims* das empresas e especialmente nas entrevistas realizadas, mostrando os bons outputs que podem ser obtidos pela aplicação do Guia para um diagnóstico.

A aplicação do Guia a estratégia PCI também promoveu reflexões e movimentos para melhorias ao instituto PCI, aos parceiros e membros, contribuindo para um possível direcionamento e a intenção de promoção mais eficiente dos *claims*.

O esforço identificado do guia em se promover uma linguagem direta acessível, com exemplos de evidência e sempre que possível utilizando quadros resumo, são de grande importância e parecem atender ao propósito de facilitar o entendimento do mesmo.

Ainda assim, acreditamos que algumas melhorias poderiam ser aplicadas ao Guia:

1. **Experiência do usuário** - O guia poderia apresentar avanços, ao ser disponibilizado em modelo mais iterativo, e em formatos mais diretos como checklists e formulários, com níveis de atendimento para a avaliação da própria IJ, e poderia promover um maior uso de ferramentas práticas a partir das diretrizes.
2. **Casos práticos e exemplos** - O guia poderia apresentar um maior número de exemplos de aplicações práticas para comunicação de *claims* pela IJ, conforme exemplo do Anexo III, e de engajamento, contribuição e atribuição pelas empresas, conforme exemplo do Anexo II. Poderiam ser apresentados exemplos de métricas para indicadores mais universais (como não desmatamento, área de conservação, etc.), exemplos de Planos de Comunicação para IJ, One Page Reports, modelos de mídia de materialização de *claims* que envolvam outros elementos como inclusão de agricultores familiares, que muitas vezes envolvem apelos visuais e uma comunicação mais emocional e qualitativa do que apenas com métricas (de indicadores e investimentos).
3. **Diagnóstico padronizado** - No diagnóstico inicial de adesão da estratégia PCI às diretrizes do ISEAL, é proposto um quadro de resultados, que poderia ser aprimorado para ser incorporado ao guia (Tabela 1), permitindo uma rápida visualização, assim como, identificação das fortalezas e principais gaps da IJ. Este modelo poderia ser evoluído inclusive para aplicação de escalas para cada um dos itens, e um score geral, atrelado a determinado nível de implementação, tornando o resultado da avaliação bastante didático e claro.
4. **Ciclos, rotinas e materiais atualizados** - Um outro ponto que poderia ser contemplado no guia é explicitar mais a necessidade de definir ciclos de atualização das informações e quais seriam os possíveis ciclos esperados, por exemplo, para atualização do mapa dos stakeholders ou código de conduta. A falta de orientação desta natureza não permitiu uma clara classificação, se determinada informação, ainda que existente, mas desatualizada, atenderia as expectativas no diagnóstico da estratégia PCI.
5. **Temas sutis de influência no *claims*** - O guia oferece elementos essenciais para a avaliação da estrutura interna da IJ, necessária para que se concretizem os *claims*, porém não aborda algumas questões mais sutis, mas que podem comprometer diretamente os resultados, como potenciais conflitos de interesse, aspectos políticos, a criticidade do não engajamentos de atores-chave para os resultados propostos pela própria IJ.

6. **Fragilidades estruturais/dados** - Durante o estudo, entendemos que os *claims* são a comunicação final de todo um processo, e que possíveis fragilidades estruturais ou de confiabilidade da fonte de dados, podem interferir diretamente na decisão dos atores de promover os *claims* da iniciativa. Este risco ao sucesso da IJ poderia ser mais diretamente abordado no guia.

Podemos concluir que o guia atende em bom nível ao objetivo proposto de ser um guia para orientar a implementação de *claims* das iniciativas jurisdicionais, promovendo a maior sensibilização ao tema, além de oferecer as principais orientações para um diagnóstico e identificação de pontos de melhoria.

A seguir iremos detalhar algumas recomendações adicionais, baseadas em alguns dos eixos propostos no Guia.

Estrutura da Iniciativa Jurisdicional

Os elementos apontados no guia são os principais fatores estruturantes em que uma iniciativa deve colocar seus esforços e posteriormente para serem comunicados.

Entretanto, uma maior causalidade dos elementos das estratégias com os outcomes de *claims* poderiam ser apresentados em maior detalhe. Esta recomendação nasce da análise do caso da estratégia PCI e percepções das entrevistas, visto que grande parte dos gaps de *claims* das empresas foram justificados pela falta de clareza sobre o posicionamento do instituto PCI e seus atores envolvidos, por exemplo, com relação a quem são os porta vozes oficiais da estratégia PCI; sobre a participação do governo, que no momento político brasileiro atual poderia gerar possíveis riscos de imagem às marcas, se não garantida a total transparência sobre a governança e sobre a plataforma ser legitimamente multistakeholder. Para realizar *claims* os atores precisam ter total segurança sobre as responsabilidades, a imagem, transparência e consistência das iniciativas que estão se vinculando.

Ainda que o guia sinalize e aponte o agente governo como um ator a ser considerado nas iniciativas, recomendamos que seja destacada a importância do entendimento do papel dele na governança e possíveis interesses políticos sejam considerados pelas iniciativas e que as regras para *claims* estejam bem claras para evitar possíveis conflitos entre governo e os demais stakeholders.

Um outro ponto de melhoria, é que sejam mapeamentos possíveis conflitos de interesses entre os stakeholders, entendimento das cadeias principais de commodities, as principais áreas geográficas com maiores riscos ao cumprimento das metas estabelecidas, e priorização dos atores chave para o sucesso dos objetivos da iniciativa. Entendemos que a priorização é chave para garantir que os esforços sejam focados nas questões de maior dimensão e risco.

Em relação à estratégia da IJ, poderiam ser incluídos no Guia modelos estruturados de como realizar a incorporação dos resultados de ações, projetos e iniciativas locais. Entendemos que o tema está em discussão por diversos atores envolvidos com IJ, e que se trata de um elemento sensível, inclusive por restrições de recursos, mas fomentar a questão sobre os possíveis formatos de monitoramento e as consequências ao se incorporar determinada ação local à IJ, visto o risco do projeto em ser diretamente vinculada a “marca” da iniciativa. Auditorias e verificações podem ser utilizadas para garantir padrões mínimos de atendimento à IJ, assim que estes requisitos estiverem definidos. A não determinação clara desta fronteira, pode ser entendida como uma barreira aos *claims* das empresas, por ser um elemento adicional de risco.

Um outro elemento que poderia ser mais bem discutido no Guia é a importância de um plano estratégico de comunicação. Ainda que os *claims* possam ser promovidos de forma espontânea, tratá-los de uma forma mais estratégica, com entendimento de público-alvo, formato, oportunidades em mídias sociais, melhor timing alinhado com a elaboração de relatórios anuais, por exemplo, ou engajamento da rede pode ser valioso. Promover a comunicação justa e que reconheça os principais parceiros, por estímulos positivos pode ser um elemento importante de engajamento para as IJ.

Monitoramento da performance

O guia apresenta de forma bastante clara os elementos necessários para a gestão transparente de performance baseada em dados. Ele aborda todos os principais elementos de gestão interna para se garantir o fornecimento de dados consistentes, que possam prover subsídios para *claims*.

O estudo apontou uma grande dificuldade para as IJ em determinar as métricas e qual o melhor formato de acompanhamento. Durante as entrevistas, foi evidenciada a dificuldade de convergir e padronizar métricas de contribuições de todas as partes da estratégia PCI, o que pode afetar diretamente o engajamento, a performance, e justo reconhecimento dos atores envolvidos. Investidores, empresas e instituições em geral costumam ter suas próprias métricas e idiossincrasias, muitas vezes pouca abertas a adaptações. O formato sugerido de se propor métricas simples e de relativo entendimento geral, podem facilitar e promover a comunicação de *claims*. Isto não descarta a importância de outros indicadores, mas é importante a definição, priorização e entendimento de quais métricas são gerenciais e de apoio, e quais serão mais fortemente comunicadas. O esforço de entendimento e padronização deve ser constante e em determinado momento, o Guide pode promover modelos ou “calculadoras” que permitam essa agregação de resultados dos projetos e ações ligadas à IJ.

Um outro ponto que talvez o guia possa contribuir, ainda que não seja foco, mas que pode ter interferência na comunicação dos *claims*, é a definição e das diferenças sobre objetivos, metas, indicadores, milestones e ações.

A importância em se transformar dados em informação e conhecimento (Figura 1) também poderia ser mais destacada, visto que normalmente as iniciativas têm acesso a bases de dados territoriais, mas dificuldades em trabalhar estes dados como ferramentas gerenciais ou transformá-los em informações e conhecimentos úteis e de fácil compreensão para os stakeholders, algo essencial para que se obtenha um bom *claim* por todas as partes envolvidas.

- Para que se possa aplicar uma estratégia de inteligência territorial, é preciso como ponto inicial estabelecer um alinhamento estratégico, em que se determina elementos como objetivos, territórios envolvidos, atores que serão usuários da plataforma ou utilizarão a informação a ser promovida, funções, serviços e produtos a serem oferecidos (parte superior da Figura 1).
- Diante disto, pode-se determinar quais atributos (visões a serem apresentadas, como agrária, social, desmatamento), sistemas (plataformas, infraestrutura, funcionalidades necessárias) e KPIs (indicadores chave para o atingimento dos objetivos) envolvidos no processo.
- Os dados brutos que serão úteis são definidos por este alinhamento estratégico. Para se transformar os dados brutos em informação e conhecimento para gestão e tomada de decisão, faz-se necessário que os dados sejam trabalhados e alinhados com a estratégia e as demandas das instituições envolvidas, o que pode envolver custos (parte superior da Figura 1).

Um exemplo de aplicação de inteligência territorial é a plataforma digital interativa GeoMatopiba, desenvolvida em parceria com a Embrapa.

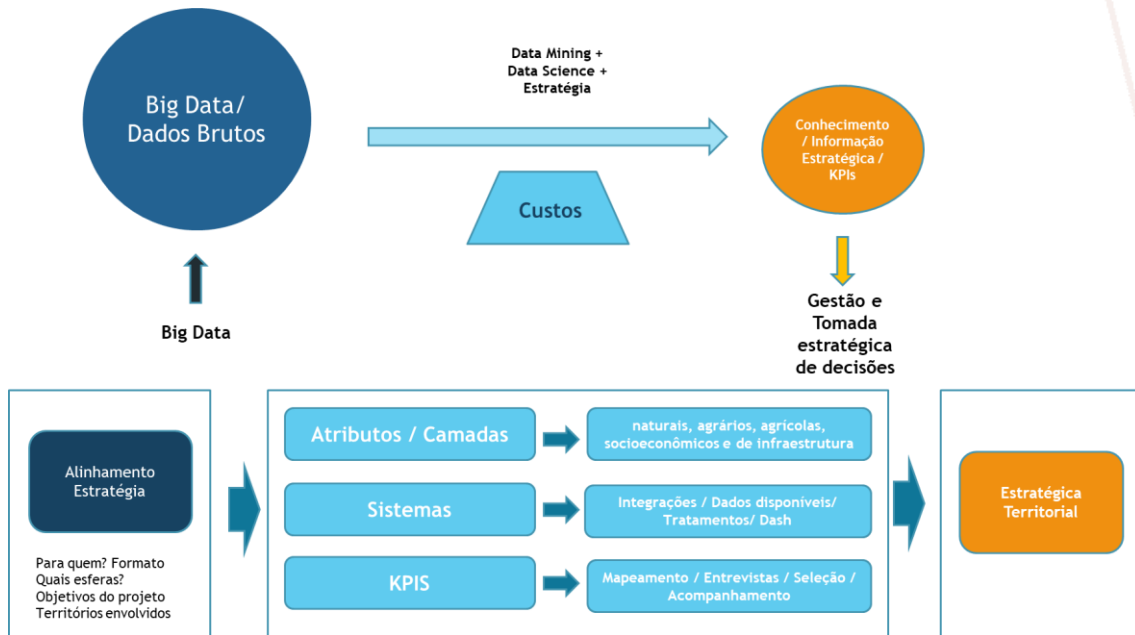


Figura 1 – Elementos essenciais de uma Estratégia de Inteligência Territorial. (fonte: desenvolvido pelos autores)

O reforço sobre a importância de manter as informações atualizadas, que obedeça aos ciclos pré-determinados de atualização e envio de informações como uma contribuição consistente da iniciativa poderia ter maior destaque. Parcerias com instituições que colem ou promovam a compilação de dados convergentes com as metas podem ser consideradas também e destacadas no Guide.

A importância de priorizar as metas (e métricas) deve ser ressaltada, inclusive para situações de restrições de orçamento, restrições de acesso a banco de dados, ou parcerias com instituições que já disponibilizam os mesmos.

Poderiam ser tornados públicos os indicadores de performance, da efetividade e da promoção dos *claims* da IJ, como: o número de acesso ao site da IJ, o número de compartilhamentos de comunicações das redes sociais, de impressões, do alcance das ações de engajamento (em webinars e workshops, por exemplo).

Outra melhoria importante é referente a padronização das métricas para ações locais incentivadas ou iniciadas por desdobramentos da iniciativa jurisdicional. A inclusão no Guia de um modelo poderia contribuir com uma maior uniformização e facilidade de utilização, diminuindo os esforços para mapeamento das contribuições, principalmente a médio e longo prazo.

Por fim, sugere-se também que o ISEAL inclua orientações às Iniciativas Jurisdicionais sobre como engajar os governos e como vincular o monitoramento das ações da IJ às dos estados e municípios da região de atuação.

Verificação

A importância da verificação para validação dos dados de performance para apoiar os *claims* está bastante clara no guia. É preciso um estudo adicional em relação aos custos da verificação independente de terceira parte, pois podem variar bastante em função da metodologia adotada e escopo de verificação.

Entretanto, um ponto que poderia ser discutido é a possibilidade de verificação também das ações, projetos e/ou iniciativas locais de forma a contribuir ou ser incorporado de forma institucional/oficial à iniciativa jurisdicional.

Auditorias e verificações podem ser utilizadas para garantir padrões mínimos de atendimento à IJ, assim que estes requisitos estiverem definidos. Este momento de verificação também poderia ser realizado para

entendimento de possibilidades de parcerias, gaps, boas práticas, que poderiam ser compartilhadas de forma agrupada, por exemplo, no site da iniciativa, dando visibilidade e fortalecendo os resultados das ações na região.

Ações de apoio

O guia apresenta definições de conceitos e esclarecimentos importantes sobre modelos de ações de apoio, engajamento, contribuição e atribuições. Ainda que o guia seja bastante claro, dada a complexidade do tema, a inclusão de exemplos práticos que possam materializar a aplicação dos mesmos poderia ser de grande valia. Orientações como contribuições diretas, indiretas e principalmente a importância em se determinar fronteiras claras ou agrupamentos para cada tipo de contribuição, penalidades e recompensas, são essenciais para a sustentabilidade e percepção de reconhecimento justo entre os atores, algo que pode impactar diretamente o engajamento.

Não identificamos orientações no Guia do ISEAL que apoiem a iniciativa jurisdicional a identificar nas declarações das empresas, se o compromisso, meta e ações são *business as usual*, ou se são ações afirmativas e que contribuem de maneira diferenciada com a jurisdição. De um lado é importante dar mérito às iniciativas que em sua essência contribuem com as metas da IJ, mesmo que não precisem de esforços adicionais (de recursos financeiros, projetos, e outras parcerias). De outro lado, também é importante reconhecer as empresas que estão evoluindo em sua estratégia para estar cada vez mais alinhada com a IJ.

Modelos e ferramentas de incentivos, recompensas e/ou punição, baseados em outros cases, poderiam ser compartilhados. Importante para o engajamento que os atores tenham clareza das regras e que as mesmas sejam aplicadas e definidas de forma participativa.

Anexos

Anexo I – Planos de ação sugeridos a estratégia PCI

Os pontos de melhorias identificados na análise do Monitoramento da estratégia PCI em relação à ISEAL, são apresentados a seguir, para a elaboração de planos de ação para aprimoramento do monitoramento pelo instituto PCI. Os resultados das análises das iniciativas locais são apresentados também no quadro.

São sugeridos grupos de ações de curto (até 1 ano), médio (até 3 anos) e longo prazo (de 3 anos a 5 anos), em função da complexidade ou urgência da implementação.

Foram incluídas sugestões de evidências para apresentação em uma eventual verificação. Para fins de auditoria é importante que todos os materiais tenham a data de atualização e estejam sistematizados e prontamente disponíveis (na rede interna ou no site oficial do instituto PCI). Quando se entende que há informações que sejam sensíveis, foi sugerido uma versão como ‘documento interno’ e uma versão para publicação no site do instituto PCI. Quando não há esta indicação, é porque foi considerado o mesmo documento para todas as situações.

Foi definida a prioridade em baixa, média e alta, em função da relevância da Lacuna para a ISEAL (quanto maior a lacuna, maior a prioridade).

Os planos de ação apresentados a seguir podem ser reagrupados para ser mais prático o acompanhamento e definição de responsáveis, prazos etc. No momento, preferimos manter na estrutura da ISEAL para manter a rastreabilidade da análise e sugestões feitas.

Tabela 3 - Planos de ação sugeridos para fortalecer o monitoramento da estratégia PCI

ISEAL	Planos de ação	Evidências	Prioridade
	3.1 JURISDICTIONAL STRUCTURES		
	3.1.1 STRUCTURAL OUTCOMES		
ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS	Curto prazo 1. Formalizar um mapa de stakeholders prioritários na estratégia PCI e nos Pactos Regionais. - Antes do engajamento dos stakeholders poderia ser feito um estudo do possíveis tensões e alinhamento de interesses. - Incluir a participação do instituto PCI nos fóruns e mesas de discussão que agrega outros atores relevantes, como: GTPS, Soft Commodity Forum, Consumer Goods Forum, The Climate Group (Under 2 Coalition), entre outros.	Documento interno - Mapa de stakeholders (grupo de stakeholder, nome da instituição, nome de contato, nível de prioridade, motivações/interesse, desafios/tensões). No site – lista de grupo de stakeholders prioritários e espaços de engajamento que participa.	Média
	2. Formalizar o apoio e envolvimento dos membros e parceiros nos planos de ação da estratégia PCI (com o apoio ou na realização para atingimento das metas da estratégia PCI). 2.1 Participação efetiva no instituto PCI – estabelecer regras claras de adesão ao instituto PCI, e categorias de engajamento, e de mensuração das contribuições e atribuições à estratégia PCI, assim como possíveis punições (se aplicáveis).	Documento interno - Termo de compromisso, Memorando de entendimento ou Carta Compromisso. No site – mencionar o processo existente de formalização. Regras de adesão ao instituto PCI, e categorias de engajamento, e de mensuração das contribuições e atribuições à estratégia PCI.	
	Contínuo	Documentos internos e compartilhado com todos os	

ISEAL	Planos de ação	Evidências	Prioridade
	3. Manter registro atualizado dos encontros dos stakeholders.	participantes – Atas de reuniões e apresentações das reuniões. No site – manter histórico público, avaliando o que é aplicável (prezando pela transparência e confidencialidade de dados sensíveis).	
GOVERNANÇA	Médio prazo 4. Estabelecer o código de conduta do Instituto PCI.	Código de Conduta escrito e aprovado em Conselho e publicado no site do instituto PCI.	Média
	5. Estabelecer o mecanismo de resolução de disputa nas atividades do instituto PCI.	Procedimento escrito e aprovado em Conselho e publicado no site do instituto PCI.	
	Contínuo 6. Garantir a manutenção das informações de Governança e estrutura atualizadas da estratégia PCI. Incluir as informações dos Pactos Regionais.	Detalhamento da estrutura da governança da estratégia PCI (comitês, frequência dos encontro, etc.) publicado no site do instituto PCI. Incluir a relação da estratégia PCI com os Pactos Regionais. Incluir a governança dos Pactos Regionais no site do PCI.	
PLANEJAMENTO (PROGRESS FRAMEWORK)	Curto prazo 7. Formalizar processo de análise da materialidade das metas da estratégia PCI. 7.1 Plataforma de Inteligência Territorial – recomenda-se a estruturação de uma plataforma digital de inteligência territorial - “Plataforma de Inteligência - PCI”. Pelo estabelecimento de um alinhamento estratégico, o instituto PCI mapeia e prioriza os principais “produtos e serviços” que pode oferecer pela Plataforma, alinhados com seu posicionamento e as principais demandas pelas partes interessadas.	Documento descrevendo como foram definidas as metas da estratégia PCI (análise de prioridade, relevância e acurácia - SMART). Documento descrevendo o processo de reavaliação e atualizações das metas prioritárias. Pela “Plataforma de Inteligência – PCI” realizar a análise de materialidade das metas da estratégia PCI.	Alta
	Médio prazo 8. Estabelecer os milestones para o atingimento das metas da estratégia PCI (até 2030), incluindo na análise as metas dos Pactos Regionais.	Quadro das metas e milestones para atingimento das metas (podem ser metas parciais e/ou marcos de avanço dos planos). Incluir na análise do quadro, como as metas dos Pactos Regionais contribuem com as metas da estratégia PCI.	
	9. Estabelecer os planos de ação para o desenvolvimento das atividades para atingimento das metas da estratégia PCI.	Publicação dos principais planos de ação, incluindo papéis, responsabilidades, prazo, orçamento e recursos para o desenvolvimento das atividades para atingimento das metas da estratégia PCI.	
	Contínuo 10. Atualizar o dashboard de indicadores da estratégia PCI anualmente. Avaliar a inclusão dos resultados dos projetos/iniciativas locais, incluindo análise qualitativa dos indicadores.	Dashboard atualizado no www.pcimonitor.org . Incluir análise anual qualitativa de atingimento das metas e dos indicadores, e os resultados dos projetos/iniciativas locais que contribuíram qualitativamente para os indicadores.	

ISEAL	Planos de ação	Evidências	Prioridade
		Pela “Plataforma de Inteligência – PCI” disponibilizar um dashboard das metas da estratégia PCI.	
FINANCEIRO (FINANCING)	Curto prazo 11. Formalizar o orçamento para monitoramento das metas, e/ou o orçamento das iniciativas do instituto PCI, incluindo as fontes de renda e resumo dos financiamentos que são assegurados para as iniciativas da estratégia PCI.	Relatório orçamentário realizado. Relatório de planejamento orçamentário (anual e plurianual).	Média
SISTEMA DE MONITORAMENTO (MONITORING SYSTEM)	Curto prazo 12. Formalizar qual o tipo de qualificação do staff e consultores que avaliam os indicadores.	Descrição da qualificação dos responsáveis pelo sistema de monitoramento (CV, histórico profissional do time).	Baixa
3.1.2 CLAIMS ABOUT JURISDICTIONAL STRUCTURES			
PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO (PROCESS CLAIMS)	Médio prazo 13. Comunicar os milestones e como eles contribuem para o atingimento das metas da estratégia PCI (até 2030)	Quadro das metas e milestones para atingimento das metas (podem ser metas parciais e/ou marcos de avanço dos planos). Incluir na análise do quadro, como as metas dos Pactos Regionais contribuem com as metas da estratégia PCI.	Alta
GOVERNANÇA E SISTEMA DE MONITORAMENTO (OUTCOMES CLAIMS)	Curto prazo 14. Comunicar a estrutura e sistema de governança que garantem a implementação coordenada e efetiva das ações do instituto PCI. 14.1 Responsabilidade compartilhada no Instituto PCI - reforçar nas comunicações do instituto PCI que todos os membros representam a iniciativa jurisdicional quando falam em seu nome. 14.2 Papel do Governo - Uma melhor comunicação no site do instituto PCI sobre a participação do governo na governança, suas responsabilidades, o envolvimento nas questões orçamentárias e dos limites de alçada de decisão poderiam facilitar o engajamento e os investimentos corporativos.	Detalhamento da estrutura da governança do instituto PCI (comitês, frequência dos encontro, etc.) publicado no site do instituto PCI. Incluir a relação da estratégia PCI com os Pactos Regionais. Incluir a governança dos Pactos Regionais no site do instituto PCI. Comunicações sobre a responsabilidade compartilhada no Instituto PCI e no engajamento de atores para garantir os resultados da estratégia PCI. Comunicação no site do instituto PCI sobre a participação do governo na governança, suas responsabilidades, o envolvimento nas questões orçamentárias e dos limites de alçada de decisão.	Média
	15. Atualizar a governança e a metodologia de monitoramento atual nos sites da estratégia PCI e instituto PCI (www.pcimonitor.org e www.pci.mt.gov.br).	Detalhamento da gestão do monitoramento das metas (incluindo responsáveis, frequência, metodologias, análise centralizada, municipal etc.)	
	7.1 Plataforma de Inteligência Territorial – recomenda-se a estruturação de uma plataforma digital de inteligência territorial - “Plataforma de Inteligência - PCI”. Pelo estabelecimento de um alinhamento estratégico, o instituto PCI mapeia e prioriza os principais “produtos e serviços” que pode oferecer pela Plataforma, alinhados com seu	Pelo desenvolvimento da “Plataforma de Inteligência – PCI” atualizar a metodologia de monitoramento da estratégia PCI.	

ISEAL	Planos de ação	Evidências	Prioridade
	posicionamento e as principais demandas pelas partes interessadas.		
GESTÃO DE RISCOS (RISK MANAGEMENT)	Médio prazo 16. Estabelecer uma avaliação de risco para a estratégia PCI, que inclua aspectos sociais, ambientais e econômicos (como desmatamento e direitos humanos).	Documento interno com a análise de risco. Pode ser considerado: - riscos para o instituto PCI - riscos de insucesso das metas - regiões de risco do MT Site instituto PCI: regiões de alto risco do MT (prioridade de atuação)	Média
	17. Definir as regiões de alto risco, integrar este critério na definição das ações e projetos locais, e com o monitoramento das metas e indicadores dos municípios (as ações e metas podem ser focadas nas regiões de alto risco e com indicadores com pior desempenho). Analisar os municípios prioritários para responder ao CDP Municípios e estabelecer um Pacto Regional.	Documento interno com a análise de risco. Considerar: - desdobramento das metas conforme o risco das regiões, para definir as prioridades. - priorização das ações e projetos para as regiões de alto risco. Resposta do CDP Municípios.	
3.1.3. VERIFICATION OF STRUCTURAL OUTCOME CLAIMS)	Curto prazo 18. Dar transparência sobre a estrutura de Monitoramento da estratégia PCI atualizada.	Detalhamento da gestão do monitoramento das metas (incluindo responsáveis, frequência, metodologias, análise centralizada, municipal etc.)	Média
	Médio prazo 19. Estabelecer um processo de verificação independente de 2ª ou 3ª parte.	Relatório do auditor. Statement de verificação.	
3.2 JURISDICTIONAL PERFORMANCE			
3.2.1 MONITORING FRAMEWORK			
METRICAS DE AVALIAÇÃO DE PROGRESSO DAS METAS (METRICS)	Médio prazo 20. Avaliar se as metas estabelecidas são adequadas para monitorar mudanças com relação à linha de base, se são atingíveis e relevantes.	Documento descrevendo como foram definidas as metas da estratégia PCI (análise de prioridade, relevância e acurácia - SMART). Documento descrevendo o processo de reavaliação e atualizações das metas prioritárias.	Alta
	Longo prazo 21. Avaliar o custo de monitoramento anual das metas sem métrica definida (substituir a métrica, ou coletar as informações, dados e indicadores).	Relatório de Estudo de avaliação do custo de monitoramento anual das metas sem métrica definida.	
	22. Realizar a conexão das metas anuais com as iniciativas locais.	Dashboard atualizado no www.pcimonitor.org .	
	Contínuo 23. Aprimorar a análise qualitativa dos indicadores (métricas), utilizando as informações dos Municípios e dos projetos/iniciativas locais.	Incluir análise anual qualitativa de atingimento das metas e dos indicadores, e os resultados dos projetos/iniciativas locais que contribuíram qualitativamente para os indicadores.	
FONTES DE DADOS PARA AVALIAÇÃO DA PERFORMANCE (DATA SOURCES)	Curto prazo 24. Estruturar racional para a escolha das metas da estratégia PCI (relevância), incluindo análise de acurácia das informações.	Documento descrevendo como foram definidas as metas da estratégia PCI (análise de prioridade, relevância e acurácia - SMART).	Média

ISEAL	Planos de ação	Evidências	Prioridade
		Documento descrevendo o processo de reavaliação e atualizações das metas prioritárias.	
	Longo prazo (21). Avaliar o custo de monitoramento anual das metas sem métrica definida (substituir a métrica, ou coletar as informações, dados e indicadores).	Relatório de Estudo de avaliação do custo de monitoramento anual das metas sem métrica definida.	
AUTORIZAÇÃO PARA USO DA INFORMAÇÃO (DATA AVAILABILITY AND USE RIGHTS)	Médio prazo 25. Definir as informações da estratégia PCI que podem ser apenas de uso interno ou de uso público.	Procedimento de armazenamento e compartilhamento de documentos do instituto PCI e uso das informações dos parceiros.	Média
	26. Definir um Termo para Uso dos Dados para garantir que haja autorização para uso da informação e para qual finalidade, em caso de dados e informações que não sejam de uso público.	Termo para Uso dos Dados privados assinado pelos parceiros do instituto PCI.	
COLETA E ANÁLISE DOS DADOS (DATA COLLECTION AND ANALYSIS)	Médio prazo 27. Estabelecer e divulgar publicamente um protocolo de gestão da informação da estratégia PCI, com todos os requisitos necessários. - Definir as competências necessárias para a coleta e análise dos indicadores. - Definir como e quando é necessária a validação de stakeholders locais para os indicadores da estratégia PCI	Protocolo de gestão da informação do instituto PCI, que inclua: - Procedimento de armazenamento e compartilhamento de documentos do instituto PCI e uso das informações dos parceiros. - Procedimento sobre como são armazenados e atualizados os dados para garantir a integridade dos dados e informações.	Baixa
QUALIDADE DOS DADOS (DATA QUALITY)	Longo prazo 28. Definir se existe qualquer restrição no uso dos dados da estratégia PCI, como licenças anexas aos dados e limitações na qualidade ou veracidade na fonte dos dados; avaliar a confidencialidade e garantia da privacidade dos dados de cada iniciativa parceira.		Média
	(21). Avaliar o custo de monitoramento anual das metas sem métrica definida (substituir a métrica, a coleta ou o processamento das informações, dados e indicadores).	Relatório de Estudo de avaliação do custo de monitoramento anual das metas sem métrica definida.	
	29. Procedimentar sobre como são armazenados e atualizados os dados para garantir a integridade dos dados e informações.	Protocolo de gestão da informação do instituto PCI, que inclua: - Procedimento de armazenamento e compartilhamento de documentos do instituto PCI e uso das informações dos parceiros. - Procedimento sobre como são armazenados e atualizados os dados para garantir a integridade dos dados e informações.	
	Contínuo 30. Apresentar os dados atualizados das ações locais.	Pitchbook com dados atualizados anualmente.	
3.2.2 CLAIMS ABOUT JURISDICTIONAL PERFORMANCE			
DECLARAÇÃO DO STATUS (STATUS CLAIMS)	Contínuo 31. Atualizar anualmente sobre a performance e apresentar informações adicionais sobre o contexto de meta e	Dashboard atualizado no www.pcimonitor.org . Incluir análise anual qualitativa de atingimento das metas e dos	Alta

ISEAL	Planos de ação	Evidências	Prioridade
	indicador, com o objetivo de apoiar o stakeholders na análise dos resultados, e no atingimento das metas.	indicadores, e os resultados dos projetos/iniciativas locais que contribuíram qualitativamente para os indicadores.	
DECLARAÇÃO DE TENDENCIA (TREND CLAIMS)	Contínuo 32. Apresentar uma análise descritiva sobre as tendências de cada meta/indicador.		Alta
DECLARAÇÃO SUBJETIVA (SUBJECTIVE DECLARATION)	Médio prazo 33. Estabelecer um procedimento de Comunicação dos membros e parceiros do instituto PCI, que inclua a Declaração Subjetiva.	Plano de comunicação do instituto PCI. No site: versão simplificada do plano de comunicação.	Alta
3.2.3 VERIFICATION OF PERFORMANCE CLAIMS			
O QUE E COMO VERIFICAR (WHAT AND HOW TO VERIFY)	Médio prazo 34. Dar transparência anualmente sobre o Monitoramento da estratégia PCI atualizado, incluindo a consistência e qualidade dos dados.	Dashboard atualizado no www.pcimonitor.org . Incluir análise anual qualitativa de atingimento das metas e dos indicadores, e os resultados dos projetos/iniciativas locais que contribuíram qualitativamente para os indicadores.	Média
	Longo prazo 35. Estabelecer um processo de verificação independente de 2ª ou 3ª parte.	Relatório do auditor. Statement de verificação.	
4. SUPPORTING ACTION CLAIMS			
4.1 ALCANCE DAS AÇÕES (RANGE OF ACTIONS)	Médio prazo 36. Estruturar as 'Ações de Melhoria na Produção' que os stakeholders podem se engajar para apoiar a iniciativa da estratégia PCI, estabelecendo a relação com os Objetivos e Metas da estratégia PCI.	Documento atualizado da descrição de todas as formas que as instituições podem se engajar na estratégia PCI.	Média
4.2 CLAIMS ABOUT SUPPORTING ACTIONS			
ENGAJAMENTO, CONTRIBUIÇÃO E ATRIBUIÇÃO (ENGAGEMENT, CONTRIBUTION, ATTRIBUTION)	Médio prazo 37. Estabelecer e divulgar aos parceiros as regras ou padronização do instituto PCI sobre a declaração da iniciativa que os parceiros podem utilizar - sobre estarem engajados, serem membros/parceiros, o alinhamento com os objetivos e metas. - Incluir no documento as empresas e outros stakeholders (governo estadual, municipal, investidores, projetos etc.) - Dar orientações sobre como fazer a declaração de contribuição da empresa com a iniciativa local e com a estratégia PCI, com maior clareza no escopo, escala e extensão do impacto (relativizando a contribuição ao tamanho do desafio, contextualizando com a estratégia PCI). - Dar orientações sobre como declarar anualmente os resultados já atingidos e as ações em andamento ou planejadas para atingir os objetivos, vinculando a performance da iniciativa à performance da estratégia PCI (criando uma relação causal do progresso da iniciativa a estratégia PCI e vice e versa).	Documento - Diretrizes para uso do nome e marca PCI. Disponibilizar em uma biblioteca no site do instituto PCI.	Média

ISEAL	Planos de ação	Evidências	Prioridade
4.3 VERIFICATION OF SUPPORTING ACTIONS	Médio prazo 38. Dar transparência sobre as Ações de Suporte que estão ligadas a estratégia PCI. Garantir atualização pelo menos anualmente.	Pitchbook com dados atualizados anualmente (sugerida uma versão online/plataforma).	Média
	Longo prazo 39. Estabelecer um processo de verificação independente de 2ª ou 3ª parte para checar as declarações que estão sendo feitas pelas ações de suporte a estratégia PCI.	Relatório do auditor. Statement de verificação.	

Anexo II – Teste das Diretrizes da ISEAL para evidências e reivindicações corporativas e recomendações ao instituto PCI

No teste de aplicação destes requisitos da ISEAL, utilizamos parte das comunicações que foram feitas pelas empresas e criamos/acrescentamos parte do conteúdo quando necessário, para mostrar as informações que são necessárias, para que esteja totalmente de acordo com a reivindicação sugerida pela ISEAL, segundo nosso entendimento. Adotamos essa metodologia, pois entendemos que é uma forma de trazer mais materialidade aos exemplos dados, sendo menos teórico, e mais prático para as empresas entenderem sua aplicação.

Elaboramos alguns exemplos para cada um dos tópicos, que seguiram a sistemática detalhada a seguir:

- em fonte regular (preto e sem negrito) são as partes de texto que foram extraídos das declarações das próprias empresas, conforme os Resultados Completos das declarações das empresas, disponível no Anexo deste documento.
- em fonte destacada (azul e negrito) são as partes de texto que criamos para complementar as informações das empresas.

Assumimos que não é necessário que todos os elementos apresentados pela ISEAL sejam incluídos na declaração, para que atenda aos requisitos da ISEAL. Por exemplo, uma empresa que queira declarar qual foi o ‘Fator de influência na decisão de engajamento na IJ’, a empresa pode mostrar um ou mais elementos listados: ‘quão importante é a jurisdição como uma região de produção da commodity chave (para a empresa)’ ou ‘oportunidades de investimento’ ou ‘até que ponto é um ponto de abastecimento (para a empresa)’ ou ‘o % que a empresa adquire seus insumos da jurisdição’. É claro que quanto mais completa a declaração, mais evidente fica o fator de influência.

Tabela 4 - Engajamento – exemplos

<p>O Walmart está começando seu trabalho para expandir a conservação florestal regional por meio de abordagens locais. A nossa participação é indireta, promovendo o envolvimento do fornecedor em três iniciativas jurisdicionais prioritárias: MT, Brasil: A Iniciativa PCI. (...)</p> <p>O Walmart e muitos de seus fornecedores estão tomando medidas para lidar com o desmatamento inserido em suas cadeias de abastecimento. O Walmart engaja seus fornecedores a participar da iniciativa estratégia PCI Mato Grosso, em alinhamento à sua Política de Florestas (que tem como compromisso originar gado de áreas livre de desmatamento até 2022 e soja até 2023). O estado do Mato Grosso possui áreas do bioma Cerrado e Amazônia que são um dos maiores focos de desmatamento associados a essa cadeia, mundialmente. É prioritário para a nossa aquisição de carne, já que XX% de tudo que adquirimos vêm desta região.</p>
<p>Com o incentivo à produção sustentável de biomassa em MT, atividade com elevado potencial de sequestro de carbono, nossa companhia, FS Bioenergia, alinha-se à Estratégia PCI – Produzir, Conservar e Incluir.</p> <p>Em 2020, passamos a atuar mais diretamente na iniciativa e nos tornamos membros do comitê Programa PCI Sorriso, iniciativa de implementação da estratégia PCI na região de Sorriso.</p> <p>O Programa de Fomento Florestal, o incremento da produção de biocombustíveis no estado e outras iniciativas têm sido apresentadas ao governo local por meio da UNEM, entidade à qual somos filiados. Por meio do Programa, e também pela captação de recursos na emissão dos Títulos Verdes, a FS Bioenergia está apoiando pequenos e médios produtores de Mato Grosso para alcançarmos 30 mil hectares plantados com eucalipto na região até 2023, contribuindo diretamente para as metas do Pacto PCI de Sorriso, e conseqüentemente, para a Estratégia Estadual PCI. Para a FS Bioenergia, esse fornecimento de eucalipto representa uma oportunidade de xxx, além de garantir o abastecimento de nossas Unidades no estado.</p> <p>Além disso, temos outras ações como os processos de compra de milho e de biomassa incluem etapas de avaliação dos fornecedores, a fim de garantir a conformidade ambiental em toda a cadeia de valor, aplicando inclusive os critérios da Moratória da Soja.</p>
<p>O McDonald's tem o orgulho de apoiar a estratégia do PCI, trabalhando com fornecedores que compram gado de Caio Penido e outros agricultores comprometidos em apoiar cadeias de abastecimento sem desmatamento. Além de mapear a carne bovina já obtida na região de Mato Grosso, estamos explorando outras formas de apoiar o trabalho que está sendo feito lá, para atender XX% de nossa compra de carne bovina rastreada e em conformidade com a nossa política. É ainda uma fração pequena perto das 30 mil toneladas que o McDonalds demanda por ano, mas o compromisso é aumentar essa compra ano a ano e construir passo a passo a nova cadeia.</p>

Nosso compromisso já vem de longa data de não comprar nada de que possa vir de áreas naturais afetadas. O compromisso com o desmatamento zero segue, mas também temos de incentivar a recuperação de áreas para que seja possível aumentar a produção com menos área.

No programa PECSA, o McDonalds e a Cargill estão comprometidos com a eliminação do desmatamento e, juntos, combinaremos nossa escala para proteger o planeta e melhorar as comunidades **e a cadeia de abastecimento da carne do Brasil.**

A Marfrig é membro fundador do **instituto PCI MT**, **e temos nossa estratégia alinhada à iniciativa Jurisdicional**, com a abordagem de Produção, Proteção e Inclusão, em que temos um plano de 5 e 10 anos.

A região do MT é prioridade para a Marfrig, já que temos o compromisso de 100% de nossa cadeia livre de desmatamento até 2030, **e originamos XX% do gado da região. Temos uma base de mais de XX produtores na região, e temos a oportunidade influenciar a adoção das boas práticas agrícolas**, no apoio à restauração ambiental, regularização ambiental e assistência técnica aos produtores rurais.

Além disso, **alinhado ao PCI Vale do Juruena, iniciativa local em que somos membros**, em 2020, passamos a fazer parte do Programa Bezerros Sustentáveis, uma iniciativa para profissionalizar os pequenos produtores nas fases iniciais da pecuária. Desenvolvido para o bioma Amazônia, participam 150 produtores do Vale do Rio Juruena, em Mato Grosso.

Tabela 5 - Contribuição – exemplos

A AMAGGI acredita que as certificações socioambientais e programas de garantia de sustentabilidade são formas de confirmar seu compromisso com a produção sustentável e responsável, gerando benefícios ambientais – tais como a garantia de zero desmatamento e conversão, sociais e econômicos concretos para produtores, empresas e consumidores ao longo de toda sua cadeia de valor, **em linha com a meta da estratégia PCI de aumentar a produção de grãos para 92 Mton até 2030 de forma sustentável e sem desmatamento.**

Nossas metas, alinhadas a estratégia PCI são:

- Fomentar a expansão das certificações socioambientais nos produtores e a comercialização de produto certificado pelo mercado, tanto em esquemas próprios, como multistakeholders (RTRS, Proterra e outros).
- Aumento de quase 5% na média da produtividade da soja por hectare nas fazendas próprias das safras 2018/19 para a safra 2019/20, garantindo maior produção com menor utilização de área.

Em 2019 a Amaggi teve mais de R\$ 2 MM em premiação aos fornecedores certificados RTRS; 1,2 milhões de toneladas de soja certificada zero desmatamento em produtores rurais parceiros e 548 mil tons em fazendas próprias; líder em volume certificado zero desmatamento (cerca de 30% do volume global) nos padrões RTRS e Proterra. Esse projeto é feito em parceria com XXX. **O volume de soja certificada zero desmatamento foi originado XX% no MT, e isso representa XX% do volume de soja originado da companhia.**

O compromisso da produtora agropecuária Grupo Roncador é aumentar em até 58% a produção de alimentos dentro da mesma área em até oito anos. O objetivo da Roncador é aprimorar a sua produção sustentável, centrada na integração entre sistemas de agricultura e pecuária que intensifica e recupera pastagens degradadas em mais de 60.000 hectares.

Os esforços da Roncador estão alinhados com a estratégia progressiva de crescimento verde do Estado de Mato Grosso (“produzir, conservar, incluir estratégia”) e o Código Florestal Brasileiro, inclusive por meio de investimentos na intensificação do uso da terra e na melhoria do manejo agrícola, o que reduz a pressão sobre o desmatamento. O projeto “Campos do Araguaia” que começou em 2016, e envolve a The Nature Conservancy (TNC), o Grupo Roncador e a IDH no Vale do Araguaia. **Destacamos a meta da estratégia PCI de aumentar a produtividade da pecuária para 95 kg/ha/ano até 2030.** O projeto iniciou engajamento com 50 fazendas em nove municípios, atingindo uma área de produção de 130 mil hectares e a intensificação de 20 mil hectares. **Em XX anos, conseguimos aumentar a produtividade de XX para XX kg/ha/ano.**

Entre as cláusulas do contrato do empréstimo obtido com o Fundo Holandês Fundo &Green de USD 10 MM em 2020, estão a recuperação de pastagens degradadas, a proteção de 70 mil hectares de mata nativa e a recuperação e 200 hectares de floresta **em 8 anos de projeto. Esse investimento irá contribuir para a melhoria da produtividade e conservação ambiental e XX% das fazendas parceiras do Grupo Roncador no projeto XXX.**

Estas ações estão em linha com a estratégia PCI que tem a meta de recuperar no MT 2,5 Mha de áreas de pastagem de baixa produtividade até 2030, conservar 1M ha de área passível de desmatamento legal e recompor 1M ha (100%) de APP degradada até 2030.

Para desenvolver cadeias de suprimentos mais robustas de produtos RTRS, a Cargill obteve a certificação para muitas das nossas instalações no Brasil, **representando XX% das nossas unidades (...).** Isso nos oferece duas rotas

de entrega de soja RTRS aos clientes: de fazendas certificadas no Mato Grosso por meio do porto de Santarém. **Essa rota é prioritária na exportação de soja sustentável e produzida sem desmatamento. Essa ação está em linha com os planos e metas da estratégia PCI, que é ampliar a produção de grãos para 92 Mton e reduzir o desmatamento nas florestas em 90% e cerrado brasileiro em 95% até 2030.**

A Cargill mapeou 100% de sua cadeia de suprimentos brasileira com pontos únicos georreferenciados - concluindo o projeto seis meses antes do prazo. O georreferenciamento permite que a empresa identifique a localização de seus fornecedores diretos e os pontos de aquisição de nossos fornecedores indiretos, um passo crítico para a proteção efetiva de florestas e vegetação nativa.

A Cargill não faz negócios com produtores que violam o Código Florestal Brasileiro, e temos processos e controles internos para evitar aquisições de áreas embargadas e garantir a venda de produtos oriundos de propriedades que estão em conformidade com a legislação brasileira. **A estratégia PCI tem a meta de cadastrar 90% dos imóveis rurais (CAR) até 2016, e validar 100% dos CARs até 2018. A Cargill contribui diretamente para essa meta, apesar de não sermos membros do instituto PCI, pois para os produtos certificados e todos os produtores que financiamos, solicitamos o CAR, o que representou no ano de 20XX, XX% da soja comprada pela Cargill no Brasil, e XX% no Mato Grosso.**

Em nosso recém-lançado Plano de Ação da Soja até 2020, iremos: completar o mapeamento de localização de um único ponto para 100% dos fornecedores diretos em Matopiba, Amazônia, Mato Grosso e adjacentes para áreas protegidas (onde o CAR ainda não está disponível). Vamos melhorar isso continuamente com documentação do CAR validada e regularmente atualizada.

Tabela 6 - Atribuição – exemplos

A AMAGGI aborda o trabalho com o pequeno produtor por meio de parcerias - a empresa é membro fundador do Instituto PCI - Estratégia de Preservação e Inclusão do Governo de Mato Grosso, que tem como uma das linhas de ação a inclusão do pequeno produtor / agricultura familiar. (...)

Em 2019, a AMAGGI atingiu os seguintes números de produtores, incluindo pequenos produtores familiares: cerca de 637 produtores foram visitados e receberam orientações técnica; mais de 83 propriedades receberam equipe especializada para diagnóstico socioambiental completo, além de receberem auditorias internas e externas.

Essa ação contribui indiretamente com o eixo conservar das metas da estratégia PCI de cadastrar 90% dos imóveis rurais CAR até 2016, já que XX% dos produtores certificados fizeram o CAR. Essa conquista representou um aumento de XX para a meta do estado do MT, e XX para os municípios em que originamos a soja.

A Amaggi monitora os seguintes KPIs de conformidade com o Código Florestal, **que estão alinhados às metas da estratégia PCI:**

- % de propriedades próprias e/ou administradas com déficit de Reserva Legal (RL) e/ou Área de Proteção Permanente (APP); **A Amaggi melhorou em XX% seus resultados, o que contribuiu com XX hectares na meta da estratégia PCI de Regularizar 5,8M ha (100%) de Reserva Legal, sendo 1,9 M ha por recomposição, até 2030 e em XX hectares na meta da estratégia PCI de Recompôr 1M ha (100%) de APP degradada até 2030;**
- % de propriedades próprias e/ou administradas sem desflorestamento bruto após julho de 2008.
- % de fornecedores registrados no banco de dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) com status ativo.
- Deforestation free and Socio-environmental Certification. **Essa ação contribui indiretamente com o eixo produzir de aumentar a produção de grãos para 92 Mton até 2030. A produção de XX ton adicionais obtidas no último ano, segue os mais rigorosos critérios das certificações socioambientais, passando por auditoria de terceira parte.**

Em Vale do Juruena, no noroeste de MT, o desafio de apoiar o aumento da produção de carne bovina sustentável e rastreada vinculada ao Pacto PCI, uniu o Carrefour e outros parceiros na construção de um projeto de fornecimento de bezerras sem desmatamento. O projeto envolverá 157 fornecedores de bezerras de pequeno e médio porte em nove municípios, cobrindo uma área de aproximadamente 91.000 hectares.

A IDH, em parceria com o Carrefour, está iniciando um processo de acompanhamento e apoio a 457 pequenos produtores das regiões do Vale do Juruena e Vale do Araguaia. Essas duas regiões respondem por 40% da produção de bezerras do estado de Mato Grosso. Em 2018 e 2019, os objetivos eram atingir 198 produtores apoiados; 71.000 ha impactados; 620 ha reflorestados. Os resultados foram: 152 produtores apoiados; 70.838 ha impactados; 667 ha reflorestados. A carne de criações sustentáveis de bezerras será vendida em parte, por meio do fornecedor San Marcelo, ao Carrefour.

Destacamos a meta da estratégia PCI de aumentar a produtividade da pecuária para 95 kg/ha/ano até 2030. O projeto tem entre outros objetivos, a intensificação de pastagens. Em XX anos, com o apoio do Carrefour, conseguimos aumentar a produtividade de XX para XX kg/ha/ano em média nas fazendas apoiadas diretamente pelo Carrefour no projeto e de XX para XX kg/ha/ano em média nas fazendas de todo o projeto. Isso significa uma contribuição a estratégia PCI de XX para XX kg/ha/ano no estado do MT nesse período, e até o final do projeto, o potencial é de aumentar para XX kg/ha/ano se mantida a área atual do projeto.

Os 667 hectares reflorestados nos 152 produtores apoiados pelo Carrefour no projeto de apoio a produtores no Vale do Juruena e Vale do Araguaia (MT), representam XX% da meta **da estratégia** PCI de recompor 1Mha de APP degradada até 2030.

O Carrefour tem na sua cadeia de fornecimento para França 28% da soja com garantia de não desmatamento (dados de 2019). Da parcela sem garantia, 48% vêm do Brasil, 52% dos quais são do Cerrado **e XX% do MT**. O Carrefour tem a meta de fornecimento de 100% da soja sem desmatamento até o ano de 2023. **Se mantivermos o % de soja originada no cerrado do MT atual, até 2023 contribuiremos com o aumento de XX hectares de área sem desmatamento, representando xx% de redução direta do desmatamento em relação à linha de base da meta da estratégia PCI.**

Anexo III – Análise das diretrizes para uso da marca e nome PCI

Avaliamos o documento ‘Diretrizes para uso da Marca e Nome PCI’ e as regras estabelecidas para o uso e nome da marca PCI⁷. O documento é bastante completo, porém pudemos incluir algumas sugestões, conforme apresentado em azul e negrito, que são os itens que consideramos que precisam ser acrescentados nas Diretrizes para estar mais alinhado ao ISEAL.

Tabela 7 - Análise das diretrizes para uso da marca e nome PCI

Ações	Parte/ação ¹⁰	Compromisso esperado	Claims
	Política pública	1 meta	- Este (projeto/iniciativa/política) contribui para a Estratégia PCI de MT... contribuindo com a meta XX. Descrever o escopo/impacto, prazo da ação e investimento no MT.
	Iniciativa não governamental	1 meta + Compromisso e apoio para coibir e denunciar práticas ilegais como desmatamento ilegal, trabalho análogo a escravo ou infantil, comércio ilegal, produção em áreas protegidas.	
	Iniciativa não governamental prioritária	2 metas + compromisso + Projeto em andamento e com potencial de escalabilidade e ou replicabilidade;	- Este (projeto/iniciativa) é prioritário para o Instituto PCI de MT... contribuindo com a meta XX. Descrever o escopo/impacto, prazo da ação e investimento no MT.
Pacto Regional	Pactos regionais	Atuar em municípios, ou regiões do MT + comitê de governança multi-atores + metas nos 3 eixos da Estratégia PCI + compromisso	Engajamento - Estamos construindo um Pacto Regional PCI.... com a participação das instituições XXX, com a implementação dos projetos XXX. Compromisso - Temos um Pacto Regional PCI, com compromissos e metas... contribuindo com as metas XX. Monitoramento - Estamos fazendo progressos na implementação do Pacto Regional PCI.... Contribuição - Quantificar o impacto, conforme a métrica da meta da estratégia PCI. Atribuição - No resultado da meta da estratégia PCI, quantificar quanto foi a contribuição do Pacto.
Organizações	Organização membro fundador	Sem informação + 2 metas + compromisso e apoio para coibir e denunciar práticas ilegais como desmatamento ilegal, trabalho análogo a escravo ou infantil, comércio ilegal, produção em áreas protegidas	Esta organização, é membro fundador do Instituto PCI do MT.
	Organização membro	Sem informação + 2 metas + compromisso e apoio para coibir e denunciar práticas ilegais como desmatamento ilegal, trabalho análogo a escravo ou infantil, comércio ilegal, produção em áreas protegidas	Esta organização, é membro associado do Instituto PCI do MT desde XXXX.

⁷ O documento cita o Manual da Marca, que não foi analisado neste relatório. Entendemos que são regras de aplicação do Logo, que não são pertinentes ao escopo analisado.

	Parte/ação ¹⁰	Compromisso esperado	Claims
	Organização envolvida na governança (membros e não membros), apoio a pacto ou em ações	Sem informação + 1 meta + compromisso e apoio para coibir e denunciar práticas ilegais como desmatamento ilegal, trabalho análogo a escravo ou infantil, comércio ilegal, produção em áreas protegidas	<p>Engajamento - Somos parte/Estamos participando da Estratégia PCI/o Instituto PCI (diretamente/indiretamente). Descrever como se engaja...</p> <p>Engajamento - Somos parte/Estamos participando do desenvolvimento de um pacto regional PCI (diretamente/indiretamente). Descrever como se engaja...</p> <p>Contribuição - Estamos apoiando a estratégia PCI investindo xxx em projetos ligados à Estratégia, cujos projetos estão relacionados à meta XX da estratégia PCI.</p> <p>Originação - Estamos apoiando a estratégia PCI através da compra preferencial de produtos de projetos em MT, e temos rastreabilidade de XX% dos nossos fornecedores, que nos dão a garantia de origem.</p> <p>Storytelling - Capacitamos nossos fornecedores a restaurarem áreas degradadas, contribuindo assim para a estratégia PCI com a meta XXX. Descrever se a ação é realizada em parceria, se realiza ou dá apoio. Descrever o escopo, prazo da ação e investimento da empresa.</p> <p>Contribuição – Nosso projeto elevou em XX% a produtividade pecuária dos participantes, XX% dos nossos fornecedores totais e XX% dos fornecedores no MT, contribuindo assim para a Estratégia PCI</p> <p>Atribuição - Nossa assistência técnica elevou em 20% a produtividade pecuária na região x, contribuindo assim para a Estratégia PCI</p>

Anexo IV – Sugestão de quadro resumo para as declarações das empresas à IJ

Tabela 8 – exemplo de quadro resumo para as declarações das empresas à IJ, seguindo o ISEAL

Engajamento					
Mapa de motivações e zona de influência	Motivações	Descreva as principais motivações para engajamento (prioridade interna, poder de influência, alinhamento com a IJ)			
	Zona de Influência	Descreva o fator de influência da decisão de engajamento (cadeias envolvida, % que a empresa adquire insumos na região; oportunidade de investimento; importância na região de fornecimento)			
Como se engaja na IJ?	Apoio institucional a IJ:	Descreva sobre o apoio dado na governança, monitoramento, e participação ativa na IJ			
	Realização de ações locais alinhadas a IJ:	Descreva sobre as ações em que é responsável diretamente na região			
	Apoio a ações de incentivo na cadeia de valor:	Descreva sobre as ações que apoia na região, mas não é responsável direto			
	Status:	Descreva se é membro ou membro fundador, ou não membro.			
Contribuição/atribuição					
Meta da empresa	Metas da IJ que contribui	Ações da empresa	Resultados / Período	Contribuição à IJ	Atribuição da empresa
<i>Citar a meta da empresa e prazo para atingimento.</i>	<i>Citar as metas da estratégia PCI e prazo para atingimento.</i>	<i>Descrever se a ação é realizada em parceria, se realiza ou dá apoio. Descrever o escopo, prazo da ação e investimento da empresa.</i>	<i>Descrever o período apurado e se em andamento, descrever o status atual. Quantificar o impacto da ação no escopo de atuação da empresa. Definir o período da ação.</i>	<i>Quantificar o impacto, conforme a métrica e prazo da meta da estratégia PCI.</i>	<i>No resultado da meta da estratégia PCI, quantificar quanto foi a contribuição da empresa.</i>
<i>Ex.: 100% dos fornecedores diretos com o cadastro no CAR</i>	<i>Ex.: cadastrar 90% dos imóveis rurais (CAR) até 2016</i>	<i>Ex.: apoio na regularização ambiental das propriedades dos nossos fornecedores.</i>	<i>Ex.: xx fornecedores do MT participaram do projeto no ano XX, representando XX% do total de fornecedores da empresa.</i>	<i>Ex.: x% dos fornecedores do MT estão cadastrados no CAR, sendo um aumento de x% em relação ao ano de 20XX.</i>	<i>Ex.: MT aumentou em 9% o número de propriedades rurais com o CAR de 2018 a 2019. Os nossos fornecedores, representaram xx% do total de CARs no estado, e o aumento que obtivemos com nossas ações, representou um aumento de XX% de propriedades com CAR de 2018 a 2019.</i>

Anexo V – Principais comentários das consultas

a. Posicionamento e Governança da estratégia PCI

Definição de papel, objetivos e metas

1. O que é o instituto PCI, e onde quer chegar? Deixar mais claro o que fazem, quem representam e qual a governança.
2. Quando a empresa fala aos acionistas sobre o instituto PCI, não há um entendimento claro sobre o conceito de Iniciativa Jurisdicional e o que é o instituto PCI.
3. O que uma empresa espera de uma Iniciativa Jurisdicional, e portanto da estratégia PCI? É menos risco, mais controle e monitoramento, e um estado mais presente.
4. Storytelling: Atualizar a estratégia PCI para o novo discurso do agro (agricultura virtuosa e regenerativa), pecuária como solução, partindo da agricultura familiar como base; novo olhar para o abate, passando a ser chamado de colheita; pasto é cultura.
5. Avaliar as metas da estratégia PCI para incluir outros aspectos como diversidade. As empresas estão incluindo nos contratos comerciais as cláusulas de fortalecimento sobre diversidade. Outros atores que podem se aproximar do instituto PCI se adotar esses atributos na estratégia. Não é só ganho econômico, e muda a mentalidade das pessoas vinculadas nesse tipo de estratégia.
6. Metas são boas, mas devem ser muito simples. Cada investidor tem sua própria idiossincrasia com relação ao KPIs, mas algumas parecem ser bem comuns, como hectares de florestas conservadas. Tentar apresentar metas “universais” que a sociedade entende, sem asteriscos, se possível.
7. Considerar mudanças políticas e seus impactos na iniciativa estratégia PCI. Existe uma grande necessidade de articulação, e um desafio importante é conseguir priorizar.
8. Priorização de risco – qual risco, qual cadeia e qual elo da cadeia? Entender regiões diferentes por tipo de commodity.
9. Não é muito claro na estratégia PCI exatamente qual a meta, qual o baseline, onde estamos, e como vamos atingir.
10. O eixo incluir precisa ter uma visão para o direito dos trabalhadores, para o direito do uso da terra etc.

Partes envolvidas e responsabilidades

11. Para se engajar mais na IJ a empresa precisa de um melhor entendimento do papel do instituto PCI, mas entende que o instituto PCI deveria estar mais no papel de articulador.
12. O instituto PCI precisa ter um interlocutor único. Manter um discurso único, contínuo e perene ao longo do tempo dá muita credibilidade.
13. O instituto PCI pode se desprender do posicionamento de fala sobre a estratégia e o instituto PCI. Ampliar as vozes sobre a iniciativa, tendo os parceiros com habilidade e conhecimento para falar do instituto PCI e da magnitude das ações.
14. Definir os canais prioritários de engajamento que o instituto PCI deve assumir o protagonismo, e onde os parceiros devem ser os porta-vozes. Ex. IDH, empresas, técnicos junto aos produtores rurais.
15. O IDH é quem fala para a empresa do que precisa de ação ‘aqui e ali’.
16. O IDH tem um networking e experiencia no engajamento das empresas que favorece este papel, entretanto, trabalha para um objetivo comum do instituto PCI. Da mesma maneira, o ICV tem um conhecimento profundo sobre desmatamento e regularização ambiental no estado, e eles estão empoderados a falar em nome da iniciativa PCI. Todos são porta-vozes da iniciativa e não há conflito nisso.
17. Cuidado com o engajamento das empresas no instituto PCI e a participação delas nos comitês e conselhos. Avaliar se há um balanço de participação dos líderes do setor, para não ter ressentimento entre concorrentes. Política clara de governança, determinar que o conselho mude a cada x anos, e os membros podem pleitear essa posição. Estabelecer uma quantidade determinada de conselheiro e cuidado para não inflar. Ou seja, ter clareza na governança.
18. Empresas são muito autorais - a maioria tem dificuldade de compartilhar (os projetos, ações, recursos etc.). O instituto PCI precisa provocar na comunicação com as empresas e criar meios

- estruturantes para essa mudança de lógica bilateral (empresa-iniciativa) para lógica coletiva. Como faz a empresa sair de um investimento na sua cadeia para ser um investimento no território?
19. Quando junta todos (frigoríficos, varejistas, ONGs etc.) inicialmente há um consenso, porém nem todos concordam com as entregas e os projetos. Por exemplo, os varejistas são mais generalistas em relação ao foco dos projetos, enquanto os frigoríficos focam apenas em pecuária – interesses individuais.
 20. Estabelecer um manual de gestão do instituto PCI, com regulamentos internos.
 21. Quando olha as métricas da estratégia PCI para desmatamento pensa que tem 2 ou 3, mas nas outras já tem dúvidas se pode contribuir ou como. Acho que talvez não tenha contribuições a serem trazidas.
 22. Compromisso da moratória, mapeamento da cadeia, certificação, como isto se transforma e contribui para as metas? Regras de governança mais claras, para depois poder comunicar individualmente.

Governo

23. A Iniciativa tem o apoio do governo do estado, e políticas públicas alinhadas com a estratégia. Todos têm uma importância, mas o governo tem um papel principal. E teve uma animação inicial e não está puxando sozinho, envolveu, estruturou, colocou ONGs junto, divulgou a iniciativa.
24. O desafio é reconquistar, alinhar o discurso. Foi demorado e complicado reconquistar o governo (amenizar questão de mudanças política) para o envolvimento efetivo deste ator.
25. Acredita que o engajamento só das empresas não é suficiente, que o governo tem que atuar minimamente. Como fazer os prefeitos, por exemplo, se engajarem?
26. A estratégia PCI é o cartão de visita do governo MT, e deveria ser mais claro qual o papel do instituto PCI e o papel do governo.
27. Há ressalva e desconfiança das empresas, pois o governo está envolvido e pode haver um viés político partidário. Tem que ficar claro qual o papel do governo na tomada de decisão no instituto PCI.
28. Governo tem que estar no instituto PCI, pois os resultados dependem de política pública, porém o quanto ele é responsável pela decisão? Qual é a alçada do governo na secretaria executiva? Quem decide é o conselho? O governo tem 1 voto a mais? Precisa transparência na governança e da alçada.
29. Já pensaram em fazer parte do instituto PCI, mas como envolve governo, há mais dificuldades internas para discutir e aprovar a entrada da empresa como membro do instituto PCI, especialmente em relação à contribuição financeira por risco de compliance.

Ações, projetos

30. É importante reconhecer o desafio que o instituto PCI enfrenta de captar informações de todos os projetos e ações que existem no território (não só as ações que o instituto PCI financia, mas todos do estado). Não é por falta de foco ou capacidade, mas pela complexidade e dinamismo que demandam essa ação.
31. O instituto PCI não pode ficar esperando acontecer (as metas e resultados). Precisa se organizar para estar mais conectado com as metas (e ações) do estado.
32. Não consegue enxergar que projetos tem na estratégia PCI, se são projetos estruturados ou se são frentes de atuação.
33. Apoiar as empresas a identificar oportunidades na região (ex. varejo – trabalhar com fornecedores locais, valorizar os produtos nativos, ao invés de importação).
34. O instituto PCI pode apoiar a empresa a avaliar a adequação dos projetos das empresas à realidade jurisdicional. As empresas precisam respeitar os processos locais e não trazer um modelo pronto, precisam avaliar se já existem ações na localidade para não duplicar esforços, mas contribuir com iniciativas existentes.
35. Como realizar e comunicar ações que possam vincular as empresas ao fato de fazerem compras mais sustentáveis com geração de impacto em determinada região? Dar visão, liderar este mecanismo, há bastante interesse atualmente neste aspecto.

36. As empresas precisam conectar o resultado dos projetos com a efetividade, isto é, se o projeto endereçou e resolveu o problema. O que poderia ser discutido no âmbito da estratégia PCI? Isto é, jogar a bola para o coletivo e criar mais interesse das empresas, considerando que as empresas sozinhas não conseguem e precisam deste coletivo para atingir seus objetivos e resultados. Esse deve ser a contribuição do instituto PCI. O foco não deve ser captar o que as empresas fazem e contribuem com seus projetos, mas o que elas fazem e contribuem com o coletivo – senão não precisa do instituto PCI.
37. Mapeamento de elementos de influência na decisão de compras sustentáveis pelas empresas e não somente um olhar para capturar investimentos para ações já existentes. Tentar dar luz a cadeia de baixo para cima da região, ainda não consiga o todo, mas tentar trazer visibilidade de uma região menor mas que permita as empresas visualizarem como case de região para “compras sustentáveis”.
38. Ter visibilidade de microrregiões é interessante para o varejo também. Pode não saber de todo o estado, mas há uma região que pode ser usada de vitrine? Facilitar o acesso das empresas a mapeamento local, já que estão mais próximos da cadeia, por exemplo por uma lista de fornecedores que existem em determinada região e/ou uma outra recomendada pelo instituto PCI, por exemplo.
39. O instituto PCI deve mapear um maior número de projetos da região, não somente os do Pitchbook e aqueles relacionados aos Pactos Regionais. Promover uma chamada poderia ser uma alternativa a ser considerada.
40. É preciso melhorar a troca de informações entre a estratégia PCI e os Pactos Regionais (em termos de engajamento, projetos, ações etc.)
41. Ajudar a aplicar e chegar o resultado do investimento ao produtor rural. Como fazer esta trajetória para que não fique somente como política pública?

Recursos

42. Como são geridos os recursos financeiros de doação internacional? Já vem amarrado na governança de cada projeto ou se o recurso vai para o governo?
43. Hoje cada empresa investe numa iniciativa, mas precisa ter uma relação direta do instituto PCI com a iniciativa? O instituto PCI pode facilitar o fluxo financeiro entre empresas e iniciativas, mas é papel do instituto PCI fazer essa facilitação? O instituto pode ser um organizador do fluxo de investimento para uma lógica de território e não somente da cadeia que a empresa atua. Isso é muito difícil de conquistar por questões políticas e práticas. Político pois a empresa não quer diluir o seu investimento e olhar para fora da cadeia. De ordem prática, há o custo que o ‘facility PCI’ representa que compete com uma ONG pelo recurso, por exemplo. Não é simples, mas precisa definir como objetivo e continuar tentando, se for a estratégia que se busca.
44. O IDH reporta anualmente os investimentos realizados no instituto PCI, porém o instituto ainda não incorporou a informação nas suas comunicações. (investiu até agora R\$ 3 MM na governança do instituto PCI, sendo que é um programa de 5 anos e 9 milhões de euros.

Pactos regionais

45. Não fica claro qual o nível de maturidade dos PCI Locais e das entregas destes (em relação a estruturação, monitoramento, implantação).
46. Todas as metas dos Pactos Regionais são públicas e estão alinhadas a estratégia PCI, porém este deve fazer o esforço de conectar a contribuição dos pactos para a estratégia estadual.
47. O IDH elaborou para o Source Up um manual de como implementar um pacto regional, de acordo com a estratégia PPI (produzir, preservar e incluir). Os Pactos regionais do MT são chamados PCI para manter alinhamento e ter maior clareza aos stakeholders, porém seguem a metodologia PPI.

b. Comunicação do instituto PCI

48. Deixar as regras muito transparente. Se o instituto PCI não avançar nisto, não vai sobreviver. Talvez não precise inventar, mas melhorar o que já tem.
49. O instituto PCI faz diversas ações, mas não comunica.

50. Desconheço as formas de comunicação do instituto PCI, e se recebi (mailings, por exemplo) não me chamou a atenção. Só tinha conhecimento da estratégia PCI pela relação que a nossa instituição tem com o IDH.

Conteúdo

51. O instituto PCI é um ator importante para a entrega das metas de clima no Brasil. O Governo do MT tem feito bem essa comunicação e até faz sombra ao governo brasileiro.
52. Importante ressaltar na comunicação que as metas assumidas pela estratégia PCI são mais longas que os mandatos dos governos e que é preciso vontade política para o atingimento das metas.
53. O instituto PCI deveria atuar como se fosse uma marca, uma referência. Aproveitar os bons resultados que já conquistou e fazer disto uma grande divulgação.
54. Divulgar trimestralmente aos parceiros as evoluções do instituto PCI (ações para atingimento das metas).
55. Plataforma Selo verde – é isso que investidor e as empresas querem. Juntar agenda positiva e monitoramento das metas muito claras, com um comitê de monitoramento muito bem estruturado, com receita e recursos.
56. Comunicar como as metas, milestones e monitoramento da estratégia PCI se relacionam com REDD, políticas públicas, regularização fundiária, combate incêndio, desmatamento etc. Esse é o foco do investidor! Comunicar a ciência de forma estratégica. O instituto PCI pode brilhar em Glasgow, apresentando seus resultados de forma estruturada e organizada.
57. As pessoas querem saber da validação do CAR. O produtor está revoltado porque o processo não evoluiu. As ONGs sabem disso, mas a população não sabe!
58. Criar um mapa do Mato Grosso com as cidades e iniciativas ligadas diretamente à estratégia PCI.
59. Se a instituição quer investir na recuperação de área degradada com SAF, tem um portfólio? O Fundo JBS tem interesse em aportar recursos, e estão avaliando ser de forma colaborativa ou uma nova iniciativa.
60. O instituto PCI poderia fazer um *call to action* (com foco nos compromissos).
61. Divulgar junto das metas contadores de números de produtores, hectares, e outros parâmetros comparativos.
62. Ao publicar dados, deixar claro o quanto perdeu, por exemplo, mas também reconhecer os corretos, dar maior visibilidade.
63. O que falta o instituto PCI publicar: quantos % está na meta. Impulsionar para acontecer (principalmente produtivo). Ficaram muito fechados no RTRS. há coisas que orbitam ao lado de uma agricultura sustentável. O que mais podem fazer dentro dessa necessidade?
64. Estar atento ao posicionamento, pois há muita concorrência, inclusive de outras ONGs, muitas vezes ficam confusos em qual informação usar. Dado o posicionamento, tem que ser referência naquilo, para que quando pensem no dado, associem diretamente à estratégia PCI. Ter consistência de tempo e entrega das informações e acredita que o instituto PCI tem capacidade técnica para isto. Engajar mais todos nos elos, divulgar, dar apoio de quem acompanha, usar a rede. Ser um órgão para validar informações públicas, visto que estas tem deixado a desejar. Acredita que tem campo para fornecer dados úteis e que poderiam utilizá-los.
65. Os investidores sempre querem informações customizadas, porém uma informação básica que a IJ precisa ter é quantas das principais empresas do setor estão colaborando com a IJ? Mostrar a representatividade local e a oportunidade para escalar um piloto no Mato Grosso.

Engajamento, visibilidade para atores estratégicos e formação de rede

66. Contar as histórias das pessoas envolvidas nos projetos e a transformação da realidade no campo. Não focar somente em números como forma de mostrar os resultados.
67. Dar materialidade aos parceiros sobre o que ocorre no campo e convidar as pessoas que estão na ponta (beneficiários) para compartilhar as suas experiências.
68. O instituto PCI pode ajudar a dar visibilidade de pequenos projetos, mas que sendo modelos podem ser replicados no Brasil todo.

69. Cuidado para associar a estratégia PCI aos projetos das empresas que sejam para elite, e não fazem uma alteração da realidade no campo real e não trabalham a desigualdade.
70. O instituto PCI poderia aumentar a visibilidade das ações das empresas na estratégia PCI. Incentivos positivos podem promover resultados também.
71. Oportunidade de dar credibilidade para bons trabalhos/iniciativas, mostrando uma visão de progresso, de resultado da estratégia PCI.
72. Dar mais visibilidade às ações unilaterais como as ações do governo.
73. Como a empresa pode ajudar na Comunicação da estratégia PCI? As empresas têm mídia para ajudar, espaços para levar.
74. Falta de clareza do que pode ser dito, em função do nível de engajamento (a empresa pode apoiar somente participando das reuniões, mas não realmente alocando o tempo do staff para a iniciativa, com investimento em conhecimento e network da corporação para apoiar a iniciativa). Isso é devido a uma combinação de falta de diretrizes, falta de solicitações para que as empresas façam seus posicionamentos e declarações, levando a *claims* tímidos por parte das empresas, de pouco aprofundamento sobre seu engajamento e contribuição, isto é com baixa 'significância' de conteúdo para o instituto PCI.
75. Por que as empresas não estão aproveitando a chance de dizer que elas estão engajadas em uma iniciativa jurisdicional? Parece ser uma oportunidade muito grande para elas estarem perdendo. Seria porque elas querem os créditos de suas ações somente para si? Isso poderia mostrar que, na verdade, as empresas não têm um olhar colaborativo? Parece que é porque as empresas não estão vendo os benefícios de falar sobre seu engajamento no instituto PCI ainda! Talvez, como hoje não há diretrizes, pode ser falado 'qualquer coisa' (desde "eu participo de uma reunião" até "eu invisto muitos milhares na região") e se houver essa clareza, pode gerar valor às empresas e estimular a comunicação pela diferenciação entre elas.

Formato da comunicação

76. Entender o que falta para o instituto PCI realizar a divulgação das informações, se são questões de tecnologia ou acesso aos dados.
77. Fazer um material com frases prontas sobre o instituto e a estratégia PCI que as empresas podem usar nas suas comunicações.
78. Fazer um material de divulgação simples, que ligue produtores, processos, capacitações. (ex. Q&A; 'media training' aos parceiros do instituto PCI para divulgar a iniciativa e incluir nas suas falas).
79. Avaliar realizar um projeto de divulgação com o Vozes do Agro e/ou com o Plantproject.
80. Ter uma fact sheet... um one page da estratégia PCI para divulgar.
81. O Pitchbook, por exemplo, é um material da estratégia PCI que foi usado para engajar a direção da empresa.
82. O novo site vai trazer mais transparência para a Iniciativa. Poderiam utilizar as redes sociais.
83. O instituto PCI deveria ter um email "@pci.org" ao invés de gmail.
84. Publicar de forma mais 'mastigada' as metas e o resultado do monitoramento, com infográficos e informações rápidas para serem divulgados e replicados pelos parceiros.
85. Materializar casos, o que acontece de fatos positivos concretos? Isto ajuda a divulgar e é uma carência das empresas
86. Fazer uma assembleia virtual anual, dar prestação de contas do que aconteceu, apresentar os challenges para a continuidade do trabalho. Engajar a sociedade em geral, tipo uma prestação de contas para a sociedade Mato grossense
87. Padronizar a comunicação das empresas para o instituto e a estratégia PCI e vice-versa. Não tem claro como pode comunicar. Padronizar poderia facilitar como os stakeholders coletam, reportam e divulgam.
88. Comunicação alinhada com o plano estratégico como um todo – como alinhar as empresas signatárias. Desenvolver material para ser reportado, hora certa (timing próximo ao período de realização dos relatórios). Uso da marca.

c. Engajamento das empresas pelo Instituto PCI

Formalização

89. Hoje não tem nenhum processo formal para se associar, mas também nenhum impeditivo. Não vê problema em se associar, desde que estejam bem claros e transparentes os acordos necessários.
90. Chamada de novos entrantes, arrumar de uma forma mais simples. Promover um onboard de entrada. Tentar um fluxo diferente... se por lei não dá certo, tentar outras maneiras.
91. Para ser membro do instituto PCI, está sujeito à aprovação do conselho. Isto pode dar a impressão de ser um 'clube não inclusivo'.
92. Esse processo de formalização de compromisso com o instituto PCI é importante para que as empresas entendam o que o instituto PCI não abre mão, como os termos de compliance.
93. O departamento jurídico das empresas vê um risco maior de participar do instituto PCI do que do pacto regional, em termos de compliance.
94. As empresas têm que entender ao se formalizar como membro, quais os benefícios e como pode contribuir com o instituto PCI (considera que é uma via de mão dupla os compromissos).

Compromissos

95. Criar um manual do associado.
96. Tem que ter inclusão de todos os eixos. O "I" (incluir) é um indicador isolado, inclusão social nas regiões onde atua, desenvolver a comunidade local e não só pela agricultura. Mapeamento de todas as comunidades vulneráveis.
97. Só assumiria compromissos públicos quando instituto PCI pudesse rastrear e ter como comprovar, pois tem um risco reputacional e de demanda operacional que tem de estar bem alinhado com a estratégia da empresa para valer a pena.
98. Tem dúvidas em como poderia se engajar com a questão do I (Incluir).
99. Dar clareza em quais são os compromissos, atividades e o que é esperado das empresas que entrem ao instituto PCI, servem como um direcionador de ações, mas podem desmotivar empresas que não tenham ações e temem um alto investimento, e as empresas que já possuem projetos e investem no MT precisam ter esse reconhecimento.
100. Tem um risco reputacional e de demanda de trabalho, relatórios, reuniões, custos. Deixar claro o compromisso material, temporal. Isto pesa para o engajamento da empresa.
101. Deixar claro os níveis de engajamento e compromissos. Tomar cuidado para não ser muito restritivo e excluir atores importantes. Ex: ao não incluir desmatamento legal, automaticamente excluiria alguns agentes locais importantes.
102. Depende dos compromissos mínimos. Quais os compromissos?. Não sabe se colocar compromissos mínimos poderia ser uma barreira para engajamento inicial. Inclusive os que não estão hoje, como poderiam retornar para mesa atores superimportantes que não apoiam a iniciativa por questões políticas institucionais?
103. Há critérios claros para que a empresa esteja engajada? O que faz da empresa um membro? (pagamento, compromisso com meta ou projeto, etc.?) É preciso ter categorias de engajamento. Ex. categoria inicial (quando há esforços enormes, mas eles não têm ainda resultados nas metas); categoria 'em progresso'; categoria 'entregando resultados' e categoria 'resultados além da meta' (quando os resultados estão acima da meta da estratégia PCI). Pensar nesses passos vai ser crítico para trazer significado para as metas, resultados, engajamento e *claims* das empresas.
104. O instituto PCI é muito bom em focar nas intervenções das empresas nos eixos PCI, mas não é tão claro nas atividades de engajamento em governança e monitoramento. Ex. uma empresa que queira pagar para o sistema de monitoramento acontecer (e isso não tem impacto nos eixos e metas), como contabilizar essa contribuição? Como endereçar ações como *fundraising* para o instituto PCI? Obviamente as empresas apoiam, mas qual a diretriz de engajamento e *claim*?
105. Como fazer com que alguns atores importantes sejam incluídos? Importante estar atento a compromissos que não excluam, podendo ser mais baixos na entrada, por exemplo. Englobar o melhor modelo para incluir o produtor. Melhor modelagem para caracterizar uma contribuição pensando na inclusão, isto também é promover inclusão (eixo I).

Meios de engajamento

106. O instituto PCI deveria participar de outras iniciativas (como ser membro ativo do GTPS) e fazer conexão com diversas frentes – não vem atuando de uma forma transversal.
107. SCF, CGF são oportunidade de educar/pressionar as empresas de uma ótica mais ampla.
108. Promover maior “competição” e incentivos positivos, por exemplo, reconhecer e divulgar quem está participando das reuniões ou sendo mais ativo.
109. Entender como potencializar o engajamento de outros atores, como fundações (que não só empresa). Dar visibilidade sobre todas as contribuições, entender a melhor maneira de reconhecer.
110. Há uma dificuldade em engajar o tema estratégia PCI dentro do planejamento estratégico das empresas. Precisa deixar mais claros os benefícios em participar, como ameniza riscos, o impacto positivo gerado, possíveis investimentos já realizados e futuros. Isto para o bem e para o mal, nenhuma empresa quer se vincular se não tiver bem claro que isto não será um risco para ela.
111. O Corporate Action Group não é o meio mais propício de garantir o engajamento das empresas, pois os representantes não ficam à vontade para esclarecer dúvidas e explorar pontos que sejam mais importantes a eles. Reuniões individuais são necessárias para garantir o engajamento das empresas e assinar um compromisso efetivo com o instituto PCI.

Pactos regionais

112. Assumir ou não assumir os pactos locais? Deixar claro quais os passos, como incorporar de forma justa (ex. Promover um Pitchbook com mapeamento completo). Definição das metas (regionais, estaduais e empresas) no Pitchbook. Há diretrizes principais. O estado estava mapeando as iniciativas, entender sinergias. Mapeamento nível de engajamento das empresas e iniciativas promovidas por elas. Chamadas para projetos correlatos (ex: chamada oficial), mas a abertura tem que ser contínua.
113. Tem empresas que preferem atuar no âmbito municipal (dos Pactos regionais) ao invés do estadual, pois conseguem tangibilizar melhor seus esforços e resultados, atrair investimentos, além de ter uma conexão mais clara com a sua cadeia de fornecimento para a mitigação de riscos.

d. Comunicação das empresas

114. Todas as empresas fariam um piloto para ‘calcular’ sua contribuição e a atribuição aos resultados da estratégia PCI.
115. Há uma timidez devido ao cenário político brasileiro atual e incentivo das comunicações ligadas ao instituto PCI.
116. A empresa tem um caminho novo de maior exposição com a estruturação do ESG e apresentaria mais informações ao instituto PCI para divulgação.
117. A motivação da empresa é aumentar a visibilidade de suas ações na estratégia PCI e os resultados da própria empresa.
118. ‘Vamos trazer o Fernando para mostrar o case de sucesso. É reconhecidamente um trabalho de sucesso. Mas ao mesmo tempo poderia ser muito mais’.
119. A empresa faria um reporte específico sobre a estratégia PCI desde que seja simples, poucos pontos e se possível dentro de outras iniciativas, como do CDP Forest. EM ciclos anuais, é importante que as informações já venham pré preenchidas para facilitar o esforço das empresas.
120. A empresa tem um MoU com o IDH, e, portanto, fala sobre o IDH, não sobre a estratégia PCI (apesar de ser referenciado no MoU).
121. A empresa não divulga quanto investe em cada região (política interna). Apresenta valores agregados, e detalha as iniciativas de forma mais geral.
122. Sobre atribuição, contribuição - O que isso representa diante do todo da estratégia PCI? Entra num nível de detalhe que pode ter erro significativo. Os números estão sempre mudando. Personifica demais....
123. O template/quadro proposto no estudo para as declarações da empresa não está claro! O que é apoiar o instituto PCI, ações na estratégia PCI, etc.? Padronizar preenchimento para facilitar o acesso a empresas de diversos portes.
124. O quadro vai ser muito útil tanto para as empresas quanto para o instituto PCI.

125. Estaria aberto para fazer o piloto para fazer o exercício. Até para desenvolver os materiais, operacionalizar, o *know how*.
126. Esperando a definição para poder comunicar com o nome PCI, inclusive sobre os pactos regionais. O que é ou não.
127. São importantes, mas é essencial ter cadência, frequência. Dar uma cadência em como podem falar sobre o instituto PCI e o melhor *timing*.
128. Não concorda com a estratégia de permitir que as empresas que não são membros, relatem que estão engajadas na Iniciativa Jurisdicional. As empresas usam como um artifício para dizer que ao participar da IJ estão fazendo risco na sua cadeia. É preciso garantir que a empresa efetivamente monitore seus fornecedores, busquem a rastreabilidade completa dos produtos/commodities (Moratória da Soja, TAC), para então ela poder dizer que faz gestão de risco, e também está engajada e comprometida com a IJ para a melhoria do território. A empresa pode excluir os fornecedores irregulares da sua cadeia, ao realizar o monitoramento, porém pela IJ a empresa trabalha na regularização dos produtores, e na reinserção na cadeia de suprimentos.
129. O quadro para análises individuais de cada empresa é bom, mas e quando se tem um grupo de empresas atuando em coletivos? O guia está muito focado no coletivo (estratégia PCI) ou na empresa individual, mas e a visão holística? ex. para o Programa Sustentável de Bezerros há informações da Marfrig e do Carrefour, mas onde estão as informações do projeto de forma coletiva, organizada, com a visão do colaborativo?

e. Recomendações ao ISEAL

130. Entende que as recomendações fazem sentido à estratégia PCI.
131. Dá mais credibilidade ter a verificação de 3ª parte! Ainda mais por ter o estado como parte. Uma certificação de 3ª parte faz falta. Principais metas, avaliação do sistema, do que precisaria redimensionar em termos de metas. Qual a factibilidade e meios para o instituto PCI coordenar isso? (o entrevistado entendeu que o instituto PCI faria essa gestão da verificação de 3ª parte).
132. É preciso a verificação para ter um ordenamento para o *claim* de engajamento das empresas... reduzir risco. Com relação ao Corporate action group não há uma tração ou pressão que faça que de fato um engajamento econômico e de responsabilidade.
133. Muito difícil saber “essa empresa está falando a verdade e contribuindo dessa forma x”. Está muito confortável para as empresas a autoavaliação e autodeclaração. Faço parte ou não, sou parceira?
134. Precisaria entender como trazer as recomendações para a Fundação por restrições de ter vínculo direto com a empresa.
135. A verificação vai criar um alto custo, e processos para organizar uma certificação, etc. Isso talvez faça sentido em um nível de engajamento e *claim* específico ex. “zero desmatamento, zero trabalho escravo, etc...” A transparência no reporte das fontes de dados, do monitoramento anual, atores engajados e beneficiados, etc. são mais importantes. A verificação local talvez faça mais sentido (de uma ONG parceira e independente, por exemplo), e a verificação de 3ª parte talvez possa ser considerada em um momento futuro.

Anexo VI – Recomendações ao CDP

a. Coleta de dados locais (CDP States and Regions e CDP Municípios)

Tabela 9 – oportunidades de colaboração do CDP com as instituições envolvidas neste projeto.

Oportunidades de ação	Partes envolvidas
<ol style="list-style-type: none"> 1. Engajar e apoiar os municípios no preenchimento do CDP Municípios, como forma de diagnóstico sobre os temas reportados e vinculados ao PCI (mudanças climáticas, combate ao desmatamento e restauração florestal). 2. Apoiar os municípios respondentes do CDP com informações sobre os projetos já mapeados no PCI, que impactem a gestão dos tópicos reportados. 3. PCI avaliar se os municípios que respondem ao CDP Municípios são estratégicos ao estado para o estabelecimento de um Pacto Regional. 4. Apoiar na construção de objetivos, metas, planos de ação, os resultados e tendência, sendo um desdobramento do PCI, para garantir a conexão entre as iniciativas. 5. Incentivar o uso dos indicadores do www.pcimonitor.org. 6. Utilizar informações do SEEG Municípios como fonte de informação sobre as emissões de GEE. 7. Incentivar que os municípios que fazem parte dos Pactos Regionais respondam ao CDP Municípios. 8. Realizar um diagnóstico da estrutura de gestão dos Pactos Regionais com base no Guia da ISEAL, para identificar melhorias aos pactos. 	PCI, CDP e os municípios do MT
<ol style="list-style-type: none"> 1. Incluir no guia do ISEAL orientações às Iniciativas Jurisdicionais sobre como engajar os governos e como vincular o monitoramento das ações às dos governos estaduais e municipais, em linha com a atuação do CDP States and Regions e CDP Municípios. 	CDP e ISEAL

b. O questionário CDP Forest 2020 e o ISEAL

- Engajamento

Na Tabela 10 mostramos que a questão F6.10 pergunta diretamente à empresa se ela participa de uma iniciativa jurisdicional (sim/não), qual, e pede para explicar, respondendo ao requisito de engajamento. Outras formas de engajamento da empresa à Iniciativa Jurisdicional são menos explícitas, e portanto não são apresentadas pelas empresas. como o exemplo destas listadas pelo Guia do ISEAL:

- Support local governments in developing jurisdictional policies, tools, and investment strategies
- Support landscape restoration in line with objectives of the jurisdictional initiative
- Support better monitoring and measuring of progress, e.g. through sharing data
- Support enterprise adoption of best management practices through training and extension services
- Institute preferential sourcing based on demonstrated progress in the jurisdiction
- Collaborate on joint commodity traceability for the jurisdiction

O CDP poderia incluir em seu questionário os exemplos do ISEAL sobre tipos de engajamento da empresa.

- Contribuição/atribuição

Não há uma questão direta no CDP que remeta a contribuição ou atribuição da empresa à iniciativa jurisdicional, exceto o campo de 'explique'. Entendemos que há uma grande complexidade do CDP capturar essas informações, considerando que as iniciativas possuem estratégias e objetivos diferentes.

Como um exercício, avaliamos pela perspectiva da iniciativa PCI, seus eixos e metas, e identificamos as questões que as empresas declaram informações que são ricas à PCI (compromissos, metas, projetos e ações). Entretanto, como explicado acima, no questionário do CDP não há um campo em que a empresa possa apresentar estes dados, com foco exclusivo na iniciativa jurisdicional e assim, fazer uma declaração exata sobre a sua contribuição e atribuição à IJ.

Ainda, como no questionário do CDP é perguntado se a empresa participa de uma iniciativa jurisdicional (sim/não), as empresas deixam de apresentar suas contribuições à iniciativa quando eles não são membros da iniciativa, mesmo que os projetos que apoiam na região tenham uma contribuição.

O CDP poderia incluir em seu questionário campos para as empresas declararem como seus compromissos e metas estão alinhados com a iniciativa jurisdicional. Mesmo que esta informação não seja apresentada, a princípio, exatamente conforme as diretrizes da ISEAL, a reflexão que é gerada na empresa é de grande valia. Considerando que o questionário irá atender IJ com estruturas diversas, não vemos como uma possibilidade adequar o questionário para incluir indicadores que estejam alinhados ao PCI.

Tabela 10 – correlação entre o Guide do ISEAL e as questões do CDP Forest 2020.

Engagement	F6.10 – participação de atividades/iniciativa externa para promover a implantação de políticas e compromissos florestais (Sim/Não)
Contribution	<p>A empresa reporta sobre seus compromissos, metas, planos e projetos, porém não há um direcionamento para relacionar diretamente à IJ. Como as respostas do CDP são focadas nas ações da empresa com relação às commodities, não há questões que orientem a empresa a demonstrar as ações que faz para contribuir com outras metas das Iniciativas Jurisdicionais (como agricultura familiar, questões sociais e outras cadeias agropecuárias, por exemplo).</p> <p>As questões que melhor apresentam a contribuição da empresa à Iniciativa estratégia PCI (pelos seus compromissos, metas, planos e ações) são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - F1.5 Produção e consumo das commodities (Eixo Produzir da estratégia PCI) - F2.1 Procedimento para identificar risco de desmatamento (ações de suporte). - F3.1 Riscos florestais com impacto financeiro e estratégico (ações de suporte). - F3.2 Oportunidades florestais (ações de suporte). - F4.6 Compromisso público de reduzir ou eliminar o desmatamento e degradação florestal. - F6.1 Meta de produção/consumo sustentável das commodities. (Eixo Produzir da estratégia PCI) - F6.3 Certificações para terceiros (Eixo Produzir da estratégia PCI / ações de suporte) - F6.5 Conformidade com o código florestal brasileiro (Eixo Produzir e Conservar da estratégia PCI) - F6.8 Trabalho com o fornecedor direto para atendimento aos compromissos (ações de suporte) - F6.11 Projetos com relação a proteção e restauração de ecossistemas (Eixo Conservar da estratégia PCI) - F6.7 Trabalha com pequenos produtores rurais para dar suporte a boas práticas agrícolas e reduzir o desmatamento/conversão (Eixo Incluir da estratégia PCI) - F8.2 Ações para administrar a exposição ao risco (contribuição)
Attribution	A empresa reporta suas ações e o atingimento de suas metas, porém não foi encontrado uma questão no CDP que direcione a empresa a descrever <u>como ela contribuiu com os resultados da Iniciativa jurisdicional.</u>